

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

**A presença da Matemática na Escola Liceu Cuiabano:
uma perspectiva histórica.**

Ivone da Rocha

Rio Claro – SP

2012

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Campus de Rio Claro

**A presença da Matemática na Escola Liceu Cuiabano:
uma perspectiva histórica.**

Ivone da Rocha

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Roberto Nobre

Rio Claro – SP

2012

510.09 Rocha, Ivone da
R672p A presença da matemática na Escola Liceu Cuiabano: uma
perspectiva histórica. / Ivone da Rocha. - Rio Claro : [s.n.],
2012
106 f. : il., figs., quadros

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista,
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Sérgio Roberto Nobre

1. Matemática – História. 2. Ensino da Matemática. 3.
Educação em Mato Grosso. 4. Ensino secundário. I. Título.

Ivone da Rocha

**A presença da Matemática na Escola Liceu Cuiabano:
uma perspectiva histórica.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, como parte dos requisitos para obtenção do título de mestre em Educação Matemática.

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Sérgio Roberto Nobre – Orientador – IGCE-UNESP-Rio Claro

Prof. Dr. Fabio Maia Bertato – CLE-UNICAMP-Campinas

Prof. Dr. Carlos Roberto de Moraes – Centro Universitário Hermínio Ometto-Araras

Rio Claro, SP 20 de janeiro de 2012.

Resultado:_____

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização dessa dissertação. Nesse sentido, não poderia deixar de agradecer:

Ao meu orientador Prof. Dr. Sergio Roberto Nobre, Vice-diretor do Instituto, pela confiança em mim depositada no momento de aceitação do meu anteprojeto de pesquisa, por ocasião da seleção de mestrado e pelas orientações, apoio, estímulo e respeito.

Prof. Dr. Fabio Maia Bertato e Prof. Dr. Carlos Roberto de Moraes, pela leitura respeitosa e também pelas valiosas sugestões e contribuições no exame de qualificação.

Prof^a. Dr^a. Emília Darci Cuyabano (in memorian) e Professor Doutorando Adailton Alves da Silva, pela amizade, contribuições, incentivos e votos de confiança ao fornecerem a carta de apresentação.

Todos os Professores das disciplinas que cursei, pelas excelentes contribuições para minha qualificação profissional.

Todos os colegas do Programa de Pós Graduação, em especial os amigos Marta, Viviane, Angélica, Mônica, Marcos Lübeck, Elmha, Luana, Edson, Renato e Rodrigo pela amizade e contribuições.

Ao meu amigo Osmar pelo apoio, incentivo e contribuições.

Minha família querida pela força e apoio espontâneo dado nos diferentes momentos de meu cotidiano, facilitando a execução deste trabalho.

Meus filhos Jefferson, Heliofabio, Manoel e Diego, minhas noras Ana Raquel e Raquel e meus netos Leandro, Vinícius e Maria Eduarda, por serem especiais na minha vida.

Agradecimentos especiais à minha mãe Ortencia, pelos incansáveis incentivos e apoio durante a realização do curso e preparo da dissertação.

Ao meu irmão Alceu e minha cunhada Hilda pelo eterno apoio recebido.

A minha prima Maria da Guia, pela amizade, companheirismo e apoio.

Aos funcionários do Arquivo Público de Mato Grosso (APMT) pela disposição em me atender.

Ao Governo do Estado de Mato Grosso e ao Prefeito de Barra do Bugres, em especial às Secretarias de Estado e Municipal de Educação pela concessão da licença remunerada no período de 24 meses, período fundamental para minha qualificação profissional.

Dedico este trabalho a meus pais,
Manoel (in memoriam) e
Ortencia.

Aos meus irmãos Alceu e
Adonias (in memoriam).

E aos meus filhos, Jefferson,
Heliofabio, Manoel e Diego.

RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo a Escola Liceu Cuiabano, primeira instituição de ensino público secundário de Mato Grosso, criada oficialmente em 1879 e inaugurada a 07 de março de 1880, com a junção de dois estabelecimentos num só, a recém criada instituição “o Liceu Cuiabano” e a já instalada Escola Normal. O objetivo desta pesquisa foi o de buscar, nas fontes históricas, informações precisas que nos possibilitassem constituir uma história do ensino da matemática na Escola Liceu Cuiabano entre 1880 e 1926. Para isso foi necessário selecionar e organizar um conjunto de documentos, sendo fontes primárias e secundárias do final do século XIX e início do século XX. Através desses documentos, conhecemos a estrutura e as condições da educação na província de Mato Grosso e os fatores que contribuíram para o surgimento de uma primeira escola pública secundária, o Liceu Cuiabano, com o propósito de preparar professores para o magistério do ensino primário e habilitar os aspirantes a matrícula nos cursos superiores do império, oferecidos pelas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia Militar. Apresentamos aspectos da matemática escolar do Liceu Cuiabano, como: conteúdos escolares, livros adotados, matriz curricular, os professores e alunos. Verifica-se que o ensino de matemática passou por importantes mudanças no período estudado, tanto em termos quantitativos como em relação aos objetivos e aos conteúdos ensinados, fruto das reformas educacionais da época e das relações sociais, culturais e econômicas entre estado e sociedade.

Palavras-chave: Ensino de Matemática. História da Educação em Mato Grosso. Ensino Secundário. História da Educação Matemática.

ABSTRACT

This dissertation aims to study the Lyceum Cuiabano School, the first public secondary education institution of Mato Grosso, created in 1879 and officially inaugurated on March 7, 1880, with the addition of two educational establishments in one, the newly established institution "The Lyceum Cuiabano "already installed Normal School. The objective of this research was to seek, in the historical sources, accurate information allowing us to provide a history of mathematics teaching in the Lyceum Cuiabano School between 1880 and 1926. This required selecting and organizing a set of documents, of primary and secondary sources of the late nineteenth and early twentieth century. Through these documents we know the structure and conditions of education in the province of Mato Grosso and the factors that contributed to the emergence of a first public high school, the Lyceum Cuiabano, with the purpose of preparing teachers for teaching in primary education and enable aspiring to higher education enrollment in the empire, offered by the Colleges of Law, Medicine and Military Engineering. We present aspects of the school mathematics Lyceum Cuiabano School, as school subjects, adopted books, curriculum, and teachers and students. It appears that the teaching of mathematics has undergone important changes over the period studied, both quantitatively and in relation to the objectives and content taught, as a the result of educational reforms of the time and social relations, cultural and economic relations between state and society.

Key words: Mathematics Teaching. History of Education in Mato Grosso. Secondary Education. History of Mathematics Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO	13
• LIGEIOS TRAÇOS SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL	13
• A COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO	15
• A FUNDAÇÃO DE CUIABÁ.....	24
CAPÍTULO II - O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO..	28
• A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA	28
• O ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO BRASILEIRO	33
• O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO	37
CAPÍTULO III - O LICEU CUIABANO	44
• OS PROFESSORES.....	49
• PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO LICEU CUIABANO (1880 – 1896).....	53
• OS ALUNOS DO LICEU	55
• OS EXAMES NO LICEU	57
CAPÍTULO IV - LICEU CUIABANO: SEU UNIVERSO PEDAGÓGICO.....	60
• O ENSINO DA MATEMÁTICA NA ESCOLA LICEU CUIABANO	60
• OS CURSOS	61
• OS PROGRAMAS DE ENSINO	63
• MATRIZ CURRICULAR	67
• OS LIVROS DIDÁTICOS E O ENSINO DA MATEMÁTICA	74
• OS ELEMENTOS DA ARITMÉTICA DE CRISTIANO BENEDITO OTTONI	77
• OS ELEMENTOS DA GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA RETILÍNEA DE CRISTIANO BENEDITO OTTONI	80
• TRATADO ELEMENTAR DE ARITMÉTICA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO	83
• ELEMENTOS DE ÁLGEBRA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO	88
• TRATADO ELEMENTAR DE TRIGONOMETRIA RETILÍNEA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	100
FONTES UTILIZADAS	102
DECRETOS	102
REGULAMENTOS.....	102
RELATÓRIOS	103
BIOGRAFIAS.....	104
CRISTIANO BENEDITO OTTONI (1811 – 1896)	104
PASCOAL MOREIRA CABRAL - (1654 - 1730).....	104
JÚLIO MÜLLER (1895 - 1977).....	105
JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO (1835 - ?)	106
MARIA DE ARRUDA MÜLLER (1898 – 2003)	106

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, o nosso objetivo foi o de buscar nas fontes históricas, informações indispensáveis que nos possibilitassem constituir uma história do ensino da matemática na Escola Liceu Cuiabano, expondo elementos que tornem possível ao leitor à experiência de uma narrativa que (re) construa os primeiros anos de existência do Liceu Cuiabano.

Ele não tem a pretensão de ser completo, mas sim fazer uma leitura do momento histórico em que o Liceu Cuiabano foi implantado, bem como resgatar o processo da educação ocorrida nesta instituição, com um olhar específico para o ensino de matemática.

Tivemos a intenção de olhar para a origem do ensino secundário público em Mato Grosso, com a criação da Escola Liceu Cuiabano em 1879, passando pela instalação da referida escola, pela reforma geral da instituição pública ocorrida no ano de 1896, até o regulamento de 1926.

Recorremos a uma pesquisa histórica, buscando ordenar as fontes documentais, para mostrar o caminho percorrido, os obstáculos encontrados e como determinadas práticas escolares foram se tornando regulares. Para isso, visitamos o arquivo e a biblioteca Pública de Mato Grosso, fazendo uma leitura cuidadosa dos documentos encontrados nesses arquivos e das publicações de historiadores que descrevem fatos da educação em Mato Grosso durante o século XIX, contemplando o Liceu Cuiabano.

Após o contato com as obras sobre o ensino em Mato Grosso, especificamente sobre o Liceu Cuiabano, passamos à leitura das bibliografias referentes à história do ensino secundário no Brasil devido à necessidade de contextualizar a existência do Liceu Cuiabano no quadro geral do ensino brasileiro. Escolhemos por centrar a problemática da pesquisa na busca por conhecer como se desenvolveu o ensino de matemática no interior da escola, no final do século XIX e início do século XX, com a perspectiva de compreender as relações sociais, culturais e principalmente as práticas cotidianas escolares que caracterizariam esta instituição.

Contudo, julgamos que o valor do presente trabalho está no fato de resgatar parte da memória da Educação em Mato Grosso, em especial o ensino da Aritmética, Geometria e Álgebra na Escola Liceu Cuiabano. Um estudo sistemático de uma instituição como o Liceu Cuiabano, onde se formaram vários alunos que vieram a atuar e a destacar-se

em diferentes setores da sociedade a exemplo de Marechal Cândido Rondon, Presidente Eurico Gaspar Dutra, Professora Maria Dimpina Duarte (primeira mulher a estudar na escola), Professor Aecim Tocantins, Dep. Carlos Bezerra, ex-senador Julio Campos, ex-governador Dante de Oliveira, ex-senador Antero Paes de Barros, etc., contribui para a (re) construção histórica das práticas escolares brasileiras e para o ensino de matemática nesse período de história da Educação Matemática no Brasil, especialmente quando se buscou compreender o significado da instalação do Liceu Cuiabano, em particular do Curso de Línguas e Ciências Preparatórias na província de Mato Grosso.

Nesse contexto, é interessante que sejam pesquisadas as relações mantidas com a matemática e seu ensino, tendo as instituições escolares como causa de pesquisa. Pesquisas desse tipo ainda são poucas na área da Educação Matemática.

Pesquisar e (re) construir a trajetória de uma instituição como o Liceu Cuiabano, tendo claro o que ela representou no passado e continua representando no presente, tornou-se um desafio a que me ofereci enfrentar, na medida em que temos uma série de dificuldades de diversas formas tanto teórico metodológico como de acesso à documentação e constituição de fontes.

A pesquisa que nos propomos fazer, motivada pela exposição e problematização de questões educacionais, levou-nos a priorizar os documentos oficiais, que constituem a mais importante fonte de dados para uma pesquisa de natureza histórica, como almejamos.

As fontes constituídas no decorrer da pesquisa para a compreensão das questões relacionadas à organização e ao funcionamento do Liceu Cuiabano formam um acervo importante de documentos dos mais variados gêneros, sendo fontes primárias e secundárias do final do século XIX e início do século XX. É interessante destacar que dois locais foram de fundamental importância no processo de coleta de documentos escritos: o Arquivo Público do Estado de Mato Grosso (APMT) e a Biblioteca Pública.

Resumindo, é da inteiração e comparação entre as diferentes fontes e de um regular exercício de reflexão e de análise que se foi estruturando este texto, uma história que investiga o ensino de Matemática desenvolvido no Liceu Cuiabano, tendo presente todas as dificuldades e complexidades próprias a esse processo.

A partir das fontes da época e das fontes interpretativas, vimos que a documentação encontrada mostrava aspectos da educação em Mato Grosso que poderiam contribuir com a História da Educação e da Educação Matemática no Brasil. Pois durante o percurso do nosso estudo, encontramos práticas de ensino e professores se aperfeiçoando

numa perspectiva que hoje denominamos de Educação Matemática, ou seja, professores se qualificando e desenvolvendo metodologias como objeto de aprendizagem.

Esse trabalho divide-se em quatro partes. Na primeira, trataremos de uma contextualização histórica cujo conteúdo se dará em torno do processo de colonização do Brasil, de Mato Grosso e sobre a fundação de Cuiabá.

A segunda parte consta dos primeiros passos em direção à educação, centra-se na origem e na evolução dos cursos preparatórios criados no Império, no desenvolvimento da Educação em Mato Grosso, bem como na evolução do ensino secundário público para a formação cultural da província de Mato Grosso.

A partir da terceira parte, damos início à história do Liceu, ideia que surge em 1836, com o primeiro projeto educacional para a província e só se concretiza em 1846, e cujo motivo era a formação de professores primários para as escolas da Província e a preparação dos aspirantes a matrícula nos cursos superiores do Império.

Narramos e analisamos o contexto em que o Liceu nasce em (1879) e se legitima em (1880), ao longo do período estudado, buscando reconstituir o cotidiano escolar a partir das práticas que caracterizam o estilo de educar da época, tendo como referência e modelo o Colégio Pedro II.

Na quarta e última parte está nosso principal interesse que se centra no desenvolvimento do novo sistema de ensino público secundário, bem como sua finalidade no cenário educacional mato-grossense. Finalizamos esta parte apresentando a estrutura pedagógica presente na instituição, abrangendo, desta forma, o elemento pedagógico, os regulamentos, menciona também os livros didáticos selecionados e aprovados para os cursos, e os conteúdos dos programas curriculares, buscando compreender a concepção de ensino de matemática que permeou tais práticas e os programas de ensino.

CAPÍTULO I - A COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO

• LIGEIOS TRAÇOS SOBRE A HISTÓRIA DO BRASIL

Neste primeiro capítulo, faremos uma breve abordagem sobre o processo de colonização do Brasil, para então situar a colonização de Mato Grosso e em particular a fundação de Cuiabá.

A colonização do Brasil ocorreu no início do século XVI, pela Coroa Portuguesa, com base no mercantilismo, que tinha como objetivo o fortalecimento do Estado e o enriquecimento da burguesia.

Portugal, nos primeiros trinta anos do “descobrimento” não teve uma preocupação em implantar um sistema administrativo no Brasil, uma vez que tinha como interesse maior o comércio das especiarias no oriente. A preocupação inicial era simplesmente enviar expedições de reconhecimento e a exploração do pau-brasil existente na Mata Atlântica.

Só a partir de 1530, é que houve uma mudança na política portuguesa com relação ao Brasil, iniciando-se efetivamente a colonização pelo fato do enfraquecimento do comércio de especiarias e também os ataques de contrabandistas franceses no litoral brasileiro. A expedição de Martim Afonso de Souza, seguindo a determinação de Dom João III, rei de Portugal, chegou ao Brasil com o intuito de expulsar os franceses do litoral, observar as características geográficas da nova terra e fundar povoamentos.

Nessa expedição, Martim Afonso de Souza chegou até a foz do Chuí, onde seu irmão, Pedro Lopes de Souza (donatário da Capitania de São Vicente no período de 1572 a 1586), levantou os padrões das armas portuguesas¹. Duas colônias foram por eles criadas: a de São Vicente e a de Piratininga que muito prosperaram.

Em 1534, D. João III, para melhor fazer progredir o Brasil, distribuiu às pessoas de sua inteira confiança porções de terras que lhes eram doadas com grandes e muitos privilégios, porções estas que tinham uma extensão de 50 léguas mais ou menos. Os donatários tinham o nome de capitães ou governadores, daí o nome de capitanias às terras doadas.

¹ Padrões (descobrimentos), marcos de pedra com as armas portuguesas e uma inscrição, destinadas a afirmar a soberania portuguesa no local onde eram depostos.

Assim, deu-se início à colonização do sistema de Capitanias Hereditárias. Com esta implantação, a metrópole escolheu a cana-de-açúcar como uma atividade econômica para a promoção desta colonização. Esta escolha deve-se à experiência de Portugal no cultivo deste produto em outras colônias. Outro fator que também contribuiu foi a dimensão territorial bem como as condições climáticas e geográficas da nova colônia.

A colonização do Brasil se deu com a produção de açúcar através do sistema de plantation: produção agrícola baseada no latifúndio (grande propriedade de terra), monocultura (somente produção de açúcar), com mão-de-obra escrava e voltada para atender o mercado externo.

Com a existência de um mercado consumidor na Europa, o plantio da cana-de-açúcar e a produção de seus derivados tiveram início em São Vicente e, posteriormente, na região Nordeste, sendo a capitania de Pernambuco a sua principal produtora.

A capitania de São Vicente passou a não ter o mesmo sucesso que as do nordeste pela distância dos mercados europeus e a qualidade do solo que era impróprio para a agricultura. Assim, a população resolveu investir em outras atividades econômicas, que foram em vão. Diante da realidade, a saída para a crise foi a organização de expedições com a finalidade de caçar índios para vendê-los como mão de obra escrava às Capitanias da Colônia que não tinham recursos econômicos para a aquisição de mão-de-obra de escravos africanos, pelo alto custo.

Estas expedições, conhecidas como bandeiras, surgiram em 1570, organizadas militarmente. Compostas de grupos sertanistas com centenas de homens paulistas, estrangeiros, desertores e fugitivos da justiça, se dirigiam para os sertões, adentrando o território colonial português e rompendo inclusive a linha que demarcava o Tratado de Tordesilhas. Além da caça ao índio para o cativeiro, as bandeiras também tinham como objetivo a procura de negros foragidos da escravidão e posteriormente a procura de metais preciosos. Geralmente era grupo chefiado por pessoas de maior condição social, algum membro da nobreza paulista.

Entre 1580 e 1618, as bandeiras percorreram os sertões, mas não se fixaram. Elas contribuíram com a formação de roteiros que mais tarde, foram úteis para o descobrimento do ouro em diversas regiões, inclusive Cuiabá.

Os bandeirantes para adentrarem no sertão enfrentavam vários obstáculos, principalmente porque utilizavam os caminhos fluviais. Para contornar essas dificuldades, muitas vezes faziam o caminho a pé, transportando barcos e canoas por terra. Para superar as dificuldades, buscaram o saber indígena, onde eram utilizados como guias, batedores,

coletores de alimentos ou guarda-costas da expedição. Cabia, portanto aos índios guiarem os paulistas pelos rios.

Inicialmente os bandeirantes paulistas tinham como atividade econômica a prática de caça ao índio, por ser uma mão-de-obra barata. E foi através desta prática que os mesmos trilharam pela primeira vez em solo mato-grossense, dando-se assim início a colonização da província de Mato Grosso.

- **A COLONIZAÇÃO DE MATO GROSSO**

Figura 1: Área de mineração Século XVIII.

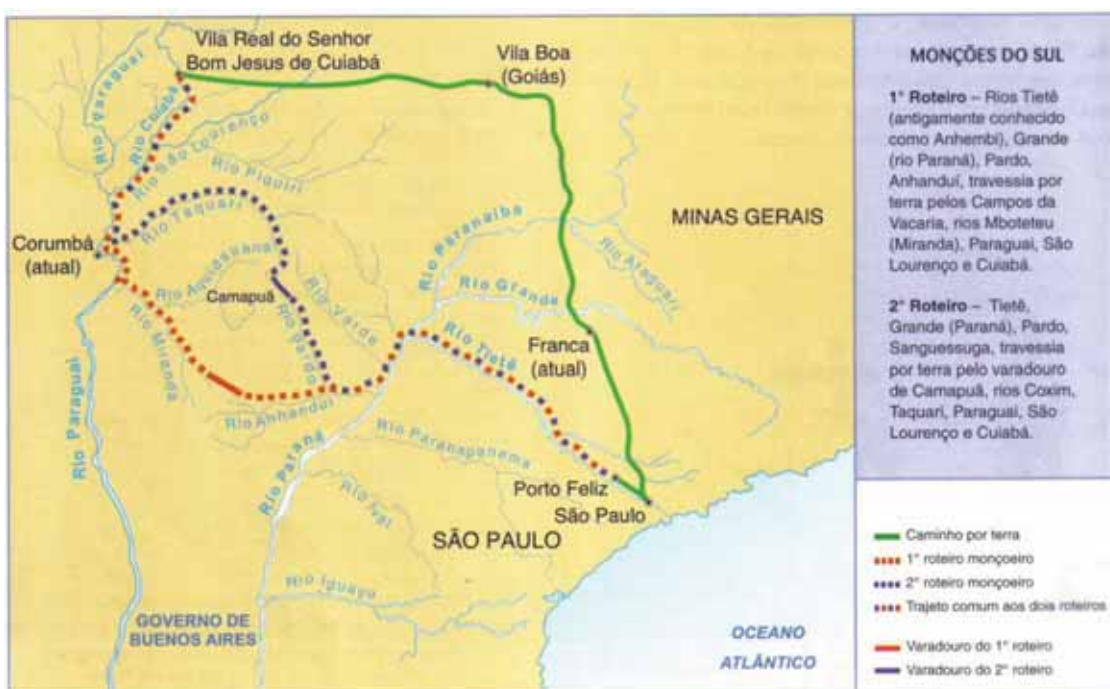


A colonização de Mato Grosso tem sua gênese na descoberta de ouro na região de Minas em 1674, pela bandeira de Fernão Dias Falcão e em 1694, na Serra de Itaberaba, por Bartolomeu Bueno da Silva. A notícia destes fatos correu pela colônia, chegou a Portugal, atraindo muitos aventureiros à região. Isto levou a um descontentamento por parte dos paulistas, que passaram a chamar os forasteiros de “emboabas”.

A ganância pelo ouro provocou conflito entre paulistas e portugueses que vieram em busca de ouro, conflito este que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas, onde os portugueses saíram vitoriosos e o governo português passou a controlar as minas. Os paulistas, após a derrota pelos portugueses, continuaram a adentrar pelo interior vindo chegar à província de Mato Grosso.

Onde segundo Corrêa Filho “cogitaram de outras aventuras, acordes com o seu temperamento”, ou seja, retomaram a trilha das bandeiras, dirigindo suas excursões pelo nordeste e oeste. Ao tomarem esta direção, percorreram o primeiro roteiro, conforme podemos observar na figura abaixo. Navegaram pelos rios Tietê, Paraná e Pardo e atravessou os Campos das Vacarias até o Rio Mboteteu, dele passando para o Rio Paraguai e São Lourenço para atingir o Rio Cuiabá, então desconhecido e subiu até à foz do Rio Coxipó, também nunca navegado.

Figura 2: Caminho pelas águas até Cuiabá



Fonte: SIQUEIRA, E. M. História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá/2002.

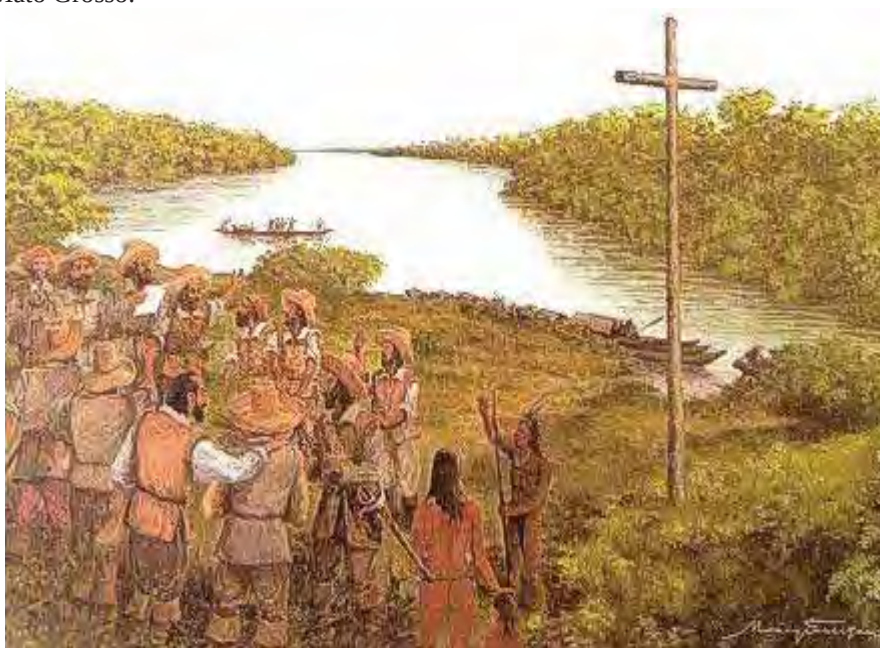
Quando os bandeirantes penetraram no território mato-grossense, os agrupamentos indígenas que se lhes depararam diferenciavam-se por centenas de tribos, como

os Coxiponé, Beripoconé, Bororo, Paresi, Caiapó, Guaicuru, Payaguá e muitos outros grupos, muitas das quais desapareceram sem deixar vestígios de suas características étnicas.

O interesse dos paulistas ao penetrarem em solo mato-grossense estava voltado, inicialmente, à captura de índios, no entanto, coube à bandeira de Pascoal Moreira Cabral o feito de aumentar os interesses não só de paulistas como de Portugal por esse território em função da descoberta de ouro na região.

Segundo Siqueira, “Foi na busca dos índios Coxiponé que a bandeira de Antonio Pires de Campos em 1718, atingiu o rio Coxipó. No encalço dessa bandeira, veio outra, comandada por Pascoal Moreira Cabral (1719), a qual, acidentalmente, encontrou ouro nas barrancas do citado rio”.

Figura 3: As lavras do Sutil. Fonte: Acervo da Fundação Cultural de Mato Grosso.



Fonte: Siqueira (1990).

Com esta descoberta, deu-se início outra atividade em nossa região. A função de caçar índios ficou em segundo plano, cedendo lugar às atividades mineradoras, que na época eram praticadas de forma rudimentar, pois não contavam os bandeirantes com instrumentos de minerar.

Ainda de acordo com Siqueira (1990),

Os índios que viviam na região, não ficaram satisfeitos com o estabelecimento de estranhos na área e investiram bravamente contra o grupo de Pascoal Moreira Cabral. Em auxílio a ele, surgiu a bandeira dos irmãos Antunes (Gabriel, Antonio, Felipe e João) os quais conseguiram render os Aricoponé. Foi com a junção dessas duas bandeiras que o grupo pioneiro se revigorou, vindo a formar o primeiro núcleo de povoamento: ARRAIAL DA FORQUILHA, situado às margens do rio Coxipó.

Estavam assim lançados os germens da primeira povoação, o arraial da “Forquilha”, nome dado por estar localizado na confluência dos rios Coxipó e Mutuca. E assim, a expedição de Pascoal Moreira Cabral deu início à colonização da região.

Antonio Pires de Campos e Pascoal Moreira Cabral pertenciam ao grupo dos Bandeirantes posteriores à guerra dos Emboabas em Minas Gerais, e são nomes importantes na colonização de Mato Grosso.

A notícia da descoberta de ouro não tardou em transpor os sertões, dando motivo a uma corrida sem precedentes para o oeste. A viagem até Cuiabá, distante mais de 500 léguas do litoral atlântico, exigia de quatro a seis meses e era arriscada e difícil em consequência do desconforto, das febres e dos ataques indígenas.

Três anos depois - em 1722, outro paulista “Miguel Sutil”, chegou à região vindo encontrar acidentalmente ouro nas proximidades do córrego da Prainha, que passou a ser denominado de “Lavras do Sutil”. Estas lavras foram consideradas como a maior área de mineração que teria se encontrado no Brasil.

A notícia da descoberta chegou ao arraial da Forquilha, o que levou muitas pessoas a migrarem para as “Lavras do Sutil”, ocorrendo assim o povoamento às margens do córrego da Prainha, que veio a receber a denominação de “*Cuyabá*”.

Figura 4: Lavras do Sutil.



Fonte: Siqueira (1990).

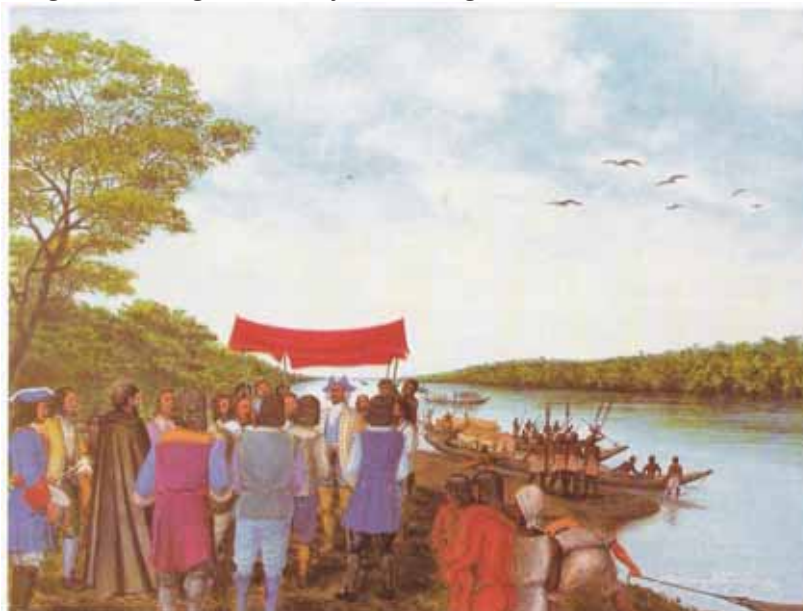
A notícia da descoberta do ouro logo extrapola os limites do lugar e exerce poderosa atração migratória, trazendo consigo a burocracia do governo colonial português, com seu sistema de controle e poder.

Nesse momento, a população do arraial da Forquilha elegeu Pascoal Moreira Cabral como guarda-mor regente, com atribuição de defender o Arraial de invasões, o que não foi confirmado pelo governo português e em 1724, nomeou como capitão-mor Fernão Dias Falcão e para o cargo de superintendente-geral das minas, João Antunes Maciel.

Pascoal Moreira Cabral tentou reverter este quadro, mas não foi atendido pelo governo metropolitano que confirmou a nomeação de Fernão Dias Falcão. Com isso, o poder local foi diminuído, dando condições para que o Governador de São Paulo, Rodrigo César de Menezes, desenvolvesse nas minas de Cuiabá uma rígida tributação e fiscalização, para melhor assegurar a arrecadação da fazenda real, até então efetuada sem o rigor que convinha à coroa.

Pensando em estender a administração portuguesa até as minas cuiabanas o governador da Capitania de São Paulo, Rodrigo Moreira César de Menezes, em meados do ano de 1726, resolveu morar, por algum tempo, em Cuiabá e ali permaneceu cerca de um ano e meio.

Figura 5: A chegada da monção de Rodrigo César de Menezes a Cuiabá.



Fonte: Siqueira (1990).

Pressentia o governante que o controle político dessa região encontrava-se em mãos de antigos sertanistas, enriquecidos com os lucros auríferos. Era o caso dos irmãos

Leme, João e Lourenço que, como comerciantes e mineradores, exerciam um extremo controle na região das minas de Cuiabá. Necessário se fazia acabar com este poder local ou aliciá-los como representantes da Coroa portuguesa.

Em 01 de janeiro de 1727, o governador elevou o Arraial de Cuiabá à categoria de Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, com isso, foi criado o Senado da Câmara (Câmara Municipal) e eleitos os primeiros vereadores escolhidos entre a elite local, ou seja, proprietários de terra, de minas e de escravos.

Figura 6: Elevação de Cuiabá a Vila.



Fonte: Siqueira (1990).

Antes, porém, de deixar a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, Rodrigo César de Menezes tratou de regularizar a questão das terras, fazendo, assim, as primeiras doações de cartas de sesmaria, concedidas mediante solicitação daqueles que já habitavam as terras mato-grossenses. Essas cartas de sesmarias representaram à origem da legalização da propriedade das terras mato-grossenses.

Rodrigo César de Menezes só regressou a São Paulo em setembro de 1728, e a sua permanência na Vila de Cuiabá foi assinalada por uma série de extorsões, processos e atos de violência.

Apesar da descoberta das ricas jazidas auríferas, as minas de Cuiabá entraram em decadência na primeira metade do século XVIII, o que levou muitos habitantes a abandonarem suas propriedades e a adentrarem os sertões e outros a tomarem o caminho de

Goiás. A notícia da migração preocupou o governo português, pois a permanência da população era de fundamental importância para a garantia de posse de território, que pelo Tratado de Tordesilhas, pertencia aos Espanhóis.

O governo português para controlar a flutuação da população no espaço mato-grossense e assegurar a posse do vasto território, decidiu desmembrar Mato Grosso da capitania de São Paulo.

Em 09 de maio de 1748, D. João V tratou de garantir o povoamento da região, especialmente na parte relativa à zona do rio Guaporé. Assim, foi criada uma nova capitania, a de Mato Grosso, desmembrada da capitania Paulista. E a 22 de setembro de 1748, foi nomeado como primeiro capitão-general Antonio Rolim de Moura.

Em 1750, as disputas territoriais entre portugueses e espanhóis foram decididas pelo Tratado de Madri.

Alexandre Gusmão ficou responsável pela defesa dos interesses portugueses, e através do *uti possedetis* (princípio que afirmava que a terra pertencia a quem a colonizava), garantiu a Portugal o domínio da Bacia Amazônica e da região Oeste do Brasil. Gusmão, com o Tratado de Madri, garantiu a posse do território para Portugal.

O governo metropolitano se empenhou em efetivar o *uti possedetis* e resolveu construir na região do Guaporé a primeira capital de Mato Grosso (Vila Bela da Santíssima Trindade), visando assegurar a posse de todo o interior de sua colônia.

A instalação da nova capitania não ficou por muito tempo adiado, a 17 de janeiro de 1751, tomava conta de seu governo o Capitão-General D. Antonio Rolim de Moura Tavares, nomeado por carta Régia de 22 de setembro de 1748.

Segundo Ayala (1914),

Pelas instruções que lhe foram dadas em janeiro de 1749, vê-se que já naquela época Portugal tinha nítida compreensão da importância da fronteira pelo rio Guaporé, assim classificada nas referidas instruções – “chave e propugnáculo do sertão do Brasil” - e a nomeação de Rolim de Moura era a tradução fiel do empenho, com que a Metrópole procurava assegurar o domínio naquela região.

Dom Antônio Rolim de Moura, de posse com a Carta Régia de D. João V, enviada de Lisboa para fundar a sede administrativa da nova província de Mato Grosso, veio ao Brasil para desempenhar tal incumbência.

Após dias de viagem, por caminhos mal trilhados, Rolim de Moura chegou à margem do Guaporé, de onde seguiu viagem até “Pouso Alegre”, sítio em que veio a fundar a antiga capital de Mato Grosso, (Vila Bela da Santíssima Trindade).

Figura 7: Rio Guaporé.



Para esta escolha, levou-se em consideração o seu ponto estratégico, seu relevo plano, que era apropriado para uma boa defesa militar, as novas jazidas auríferas que eram descobertas, o rio Guaporé que favorecia o acesso fluvial com diferentes países pelo Oceano Pacífico. Próxima do Paraguai e do Peru, Vila Bela despertava cobiça tanto dos Espanhóis como dos Portugueses.

Essa cidade serviria para estabelecer divisas e garantir a retirada do ouro que ali era encontrado em abundância e tornou-se a base do domínio português.

Figura 8: Planta da Capital (Vila Bela da Santíssima Trindade).



Fonte: Siqueira (1990).

A 19 de março de 1752, efetivou a criação de “Pouso Alegre” em vila, denominando-a de *Villa Bella da Santíssima Trindade de Matto Grosso*, com o objetivo de assegurar a posse de todo o interior da colônia.

Conhecida como a cidade do ouro e das ruínas, Vila Bela da Santíssima Trindade é fruto do sonho do Capitão General Dom Antônio Rolim de Moura. Rolim de Moura governou por quase catorze anos.

Figura 9: Vila Bela.



Figura 10: Capitão Dom Rolim de Moura

No decorrer deste período, sua missão foi principalmente a de defender a fronteira, bem como colocar em andamento a ordem administrativa e outros melhoramentos, além disso, fez desenvolver a lavoura da cana, atraindo novos colonos.



Fonte: rdnews.com. br.

Segundo Alves (1996),

Os primeiros governadores da Capitania devotaram os maiores cuidados à proteção dos interesses da metrópole portuguesa na região mineira, mobilizando os meios adequados à imposição de seus limites territoriais. As construções levadas a cabo com objetivos estratégicos dominaram as atenções dos capitães-generais durante toda a segunda metade do século XVIII.

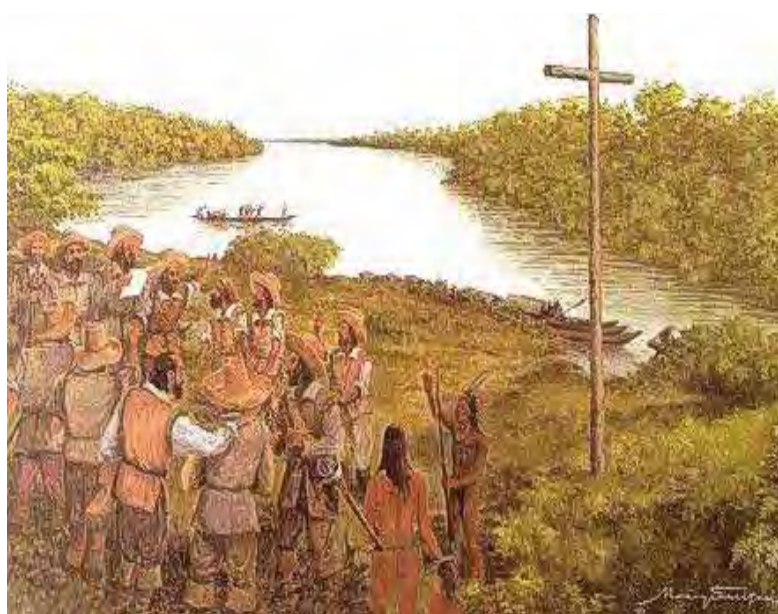
E Vila Bela, localizada no extremo oeste do Estado, foi escolhida para ser a capital. Esta decisão não foi bem recebida pela população da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e, no período do processo de Independência do Brasil, ocorreu a transferência da capital de Vila Bela para Cuiabá. A vila contava com uma população pequena, mas bastante diversificada. A sua composição social era formada por brancos, provenientes de Portugal e de outras capitanias, de índios, de africanos e seus descendentes, de negros forros.

Foi somente em 1835 que Cuiabá recebeu oficialmente o reconhecimento de capital da Província de Mato Grosso, através da Lei nº. 19 de 1835, pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Antonio Pedro de Alencastro.

• A FUNDAÇÃO DE CUIABÁ

O município de Cuiabá foi o primeiro a ser criado em Mato Grosso e que deu origem a todos os municípios que compõem hoje os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia.

Figura 11: Local da fundação de Cuiabá.



Fonte: Siqueira (1990).

O paulista Manoel de Campos Bicudo foi o primeiro a subir o rio Cuiabá em busca das famosas Minas dos Martírios, por volta de 1670 a 1673. Minas estas que não passavam de lenda.

O segundo nome da história da colonização de Mato Grosso é o de Antonio Pires de Campos, filho de Manoel de Campos Bicudo, que em 1718, também subiu o rio Cuiabá à procura das famosas minas e na região da barra do rio Coxipó encontrou índios do povo Bororo, aprisionando-os.

Ao descer o rio Cuiabá, levando uma grande quantidade de índios, encontrou-se nas proximidades do Bananal, com a bandeira de Pascoal Moreira Cabral, indicando ao mesmo a região da catadaⁿ, o rio Cuiabá na altura do Coxipó.

Figura 12: Fundador de Cuiabá - Pascoal Moreira Cabral.



A Pascoal Moreira, todavia, reservou o destino o privilégio de iniciar a nova era da região de que surgiu Mato Grosso, abrindo, assim, o primeiro capítulo da história de maneira inesperada.

Pascoal, que tinha como objetivo *prear* índios e levá-los a São Paulo entusiasmou-se e decidiu subir o rio Cuiabá em busca de indígenas.

Pascoal Moreira não encontraria a mesma facilidade de êxito. Os Coxiponé neutralizaram-lhe e ameaçaram-lhe a bandeira de total aniquilamento, o que o levou a voltar à barra do rio Coxipó e acampar esperando reforços o que lhes revelou surpreendentes riquezas

minerais. Aos paulistas, além da preação dos índios, interessava-lhes também as pedras preciosas. Um dos companheiros de Cabral encontrou ouro. A descoberta inesperada estonteou os lutadores vencidos que decidiram alterar os objetivos de suas jornadas, passaram de preadores de índios a garimpeiros, refreando-lhes o nomadismo.

O acampamento deu origem ao primeiro arraial, próximo ao lugar denominado São Gonçalo velho, pouco abaixo da barra do Coxipó.

Conforme nos relata Corrêa Filho (1969), “O aumento do núcleo sertanejo, pela junção de várias bandeiras, exigiu a sua organização em bases diferentes, que o afeiçoasse aos imperativos das leis”, o que levou os bandeirantes a tomarem algumas providências. Entre as providências ajustadas, três exerceriam influência duradoura: 1ª, depois de subjugar os nativos, Fernão Dias Falcão voltou a São Paulo, para buscar ferramentas e munições, bem como convocou mestres de vários ofícios, que fossem aplicar a sua perícia no arraial cuiabano, 2ª, encarregou o capitão Antonio Antunes Maciel de levar a notícia dos sucessos recentes ao Capitão-General e 3ª, inspirou a ata de 08 de abril, com que se abre a primeiro capítulo da História de Mato Grosso.

Em 08 de abril de 1719, Pascoal assina a ata da fundação de Cuiabá no local conhecido como Forquilha, às margens do rio Coxipó, de forma a garantir os direitos pela descoberta à capitania de São Paulo. Local este onde levantaram a primeira igreja, sob a invocação de Nossa Senhora da Penha da França, tendo o Padre Jeronymo Botelho celebrado a primeira missa.

Figura 13: Arraial da Forquilha.



Fonte: Siqueira (1990).

Coube a Antunes Maciel, o mensageiro escolhido, dar ciências aos seus conterrâneos da promissora descoberta da bandeira de Pascoal Moreira vindo a estimular a formação de novas comitivas que se deslocaram para o novo Arraial.

O Arraial de Forquilha representava um avanço português muito a oeste do meridiano estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, situando-se a 10 graus de latitude, com mais de mil quilômetros de São Paulo. O ouro de Cuiabá serviu de base na evolução de São Paulo, cujos moradores se precipitaram para a região que, em pouco, transfiguraram o arraial sertanejo em vila paulista, com a mesma organização administrativa, os mesmos hábitos e costumes.

Quem dava estruturação à vida de Cuiabá era a providência portuguesa de manter uma organização governamental e o interesse de empurrar o limite com a Espanha o mais para o oeste possível.

O desenvolvimento de Cuiabá ocorreu por um conjunto de circunstâncias: ao mesmo tempo a estabilização do comércio após as pazes com os povos Payaguá e Guaicuru, por volta de 1775, a posição central de Cuiabá no trânsito da Capitania, a diminuição de Villa Bela da Santíssima Trindade, após o estabelecimento mais estabilizado da fronteira, assegurado pelo desaparecimento de animosidades entre espanhóis e portugueses por meio do contrabando mútuo, de ouro, pelos portugueses e de prata por parte dos espanhóis.

O que consagrou a liderança de Cuiabá com relação a todas as cidades e vilas, foi a abertura do rio Paraguai ao comércio internacional, ocorrida pelo Tratado de Abertura dos Portos com o Paraguai, a 06 de abril de 1856.

Cuiabá, mesmo distante de outros núcleos sociais já constituídos, cultivou a herança das qualidades dos antepassados, não sofrendo influência de outros fatores que o afastamento dos grandes centros dificultava.

CAPÍTULO II - O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

• A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO – UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Antes de abordarmos a educação em Mato Grosso, julgamos conveniente focalizar, de modo breve, a Educação no Brasil desde o ensino jesuítico. Dessa maneira, teremos uma visão panorâmica sobre o ensino secundário no Brasil.

Nesse contexto, verificamos que a criação das escolas jesuíticas em nosso país “decorreu dos propósitos missionários da Companhia de Jesus e da política colonizadora para o Brasil” (SILVA, 2003).

O ensino jesuítico instalado na Colônia para a mocidade abrangia em quase todos os colégios o curso de letras humanas, ensino médio clássico, atingindo o curso de artes, intermediário entre o de humanidades e os cursos superiores, voltado para a educação da juventude. Era um ensino alheio à realidade da vida na Colônia, tendo como objetivo proporcionar uma cultura geral básica, sem a preocupação da qualificação para o trabalho.

Como é sabido, em 1759, com a expulsão dos jesuítas, ocorreu no Brasil uma destruição de todo o sistema colonial de ensino jesuítico. Foi um sistema de organização escolar que se extinguiu sem que fosse acompanhada de medidas imediatas, eficazes para lhe atenuar os efeitos ou reduzir a sua extensão.

Quando o decreto do Marquês de Pombal dispersou os padres da Companhia, expulsando-os da Colônia e confiscando-lhes os bens, fecharam-se de um momento para outro todos os seus colégios, decorrendo daí inúmeras dificuldades para o sistema educacional, como o desmantelamento de toda uma estrutura administrativa de ensino. O que veio não foram propriamente reformas, mas uma série de medidas tardias e fragmentárias como o Alvará de 28/06/1759, com a instituição das aulas de gramática latina, de grego e de retórica, e a criação do cargo de “diretor de estudos”, um órgão administrativo de orientação e fiscalização do ensino.

Segundo Azevedo (1970), “Essas medidas visavam “não só reparar os mesmos estudos (os de letras humanas), mas ainda restituir-lhes aquele antecedente lustre que fez dos portugueses tão conhecidos na República das letras””.

Após treze anos, em 1772, é que uma ordem régia mandou estabelecer essas aulas de primeiras letras, de gramática, de latim e de grego no Rio de Janeiro e nas principais cidades das capitanias.

Em 10/11/1772, se instituiu o “subsídio literário”, - imposto criado especialmente para a manutenção do ensino primário e médio - e que, mandado cobrar no Brasil no ano seguinte, nunca chegou a colher para a educação os recursos necessários.

Em 1774, inauguram-se várias aulas régias, por iniciativa dos frades franciscanos. Em 1783, é criada na cidade do Rio de Janeiro, pelo Vice-rei Luís de Vasconcelos, uma aula de retórica e poética, abrem-se uma aula de desenho e de figura em 1800 e aulas de ensino elementar, aritmética, geometria, francês e desenho para a instrução de militares.

Só a partir de 1799, é que a fiscalização das aulas e escolas régias começou a ser feita regularmente no Brasil.

Com a expulsão da Companhia, o Estado tomou a seu cargo, por iniciativa de Pombal, a função educativa que passou a exercer em colaboração com a Igreja.

Com a reforma pombalina, ocorreu a fragmentação na pluralidade de aulas isoladas e dispersas. Os mestres leigos dessas aulas e escolas mostravam ignorância das matérias que ensinavam bem como uma ausência do conhecimento pedagógico.

Entre a expulsão dos jesuítas em 1759, e a chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808, foram quase meio século de desorganização e decadência do ensino colonial.

Sobre a decadência do sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas especiais, com o objetivo de atender a necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa, como a Academia de Marinha, o Curso de Cirurgia na Bahia, o Curso de Anatomia no Rio de Janeiro e o Curso de Economia na Bahia, em (1808), o Curso de Medicina em (1809), a Academia Real Militar em (1810), o Curso de Agricultura na Bahia, e o Laboratório de Química no Rio de Janeiro, em (1812), o Curso de Agricultura no Rio de Janeiro, em (1814), o Curso de Química na Bahia, em (1817) e o Curso de Desenho Técnico, na Bahia em (1818), onde todos se destinavam a suprir a deficiência de técnicos que satisfizessem as necessidades do meio brasileiro em transição para um tipo de vida mais urbana e industrial e para uma melhor organização da economia agrícola do país.

De acordo com Azevedo (1970), “Excetuando-se algumas cadeiras que se instituíram para suprir as lacunas de ensino tradicional, quase toda a obra escolar de D. João VI foi uma ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial”.

As preocupações com a educação popular passam a ocorrer após a Proclamação da Independência em 1822, com debates na Constituinte de 1823. Desse movimento político em favor da educação popular, resultou a lei de 20/10/1823 que aboliu os privilégios do Estado para dar instrução, inscrevendo o princípio de liberdade do ensino sem restrições.

A Constituição de 11/12/1823, outorgada pela Coroa garante a “instrução primária gratuita a todos os cidadãos” e a lei de 15/10/1827, determina a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares e “escolas de meninas nas cidades e vilas mais populosas”. Essa lei não teve o resultado esperado, foram poucas escolas que se criaram sobretudo as de meninas.

Em 1834, o sistema educativo e cultural em formação desde D. João VI, foi atingido por um ato da política imperial que o comprometeu nas suas próprias bases. O Ato Adicional de 1834 (06/08/1834), em seu artigo 10, transferia às assembleias provinciais o encargo de regular a instrução primária e secundária, ficando dependente da administração nacional o ensino superior em todo o país e a organização escolar do município Neutro.

A instrução pública passou a ser, então, o reflexo da instabilidade política, da carência de recursos nas províncias e suas especificidades. Em algumas províncias foram criadas aulas avulsas, sem os requisitos exigidos e em outras se passou a esboçar tentativas de dar organicidade às aulas avulsas.

Destinando-se precipuamente a preparar para o ingresso nas faculdades, o ensino secundário, embora descentralizado pelo adendo constitucional de 1834, foi, entretanto, durante todo o Império, o monopólio dos estudos maiores. A “pseudodescentralização” dos estudos secundários vigente após o Ato Adicional influiu decisivamente sobre os destinos desse ramo de ensino no Império e constitui um dado básico para a compreensão da problemática educacional da época, (HAIDAR, 2008).

O ensino público estava condenado a não ter organização, arrastando-se através de todo o século XIX.

Uma das consequências ocorrida pela instituição do Ato Adicional foi o desenvolvimento do ensino secundário particular em quase todas as províncias e, sobretudo nas capitais, surgem por toda parte aulas e liceus.

A partir da segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira passou por transformações que vinham ao encontro das exigências da acumulação de capital e do desenvolvimento do capitalismo no país.

O projeto de modernização do país implicava na integração econômico-social entre os estados que compunham a “nação” brasileira. A ideia de progresso era marcada pelas exigências de rupturas geográficas e pela diminuição de barreiras e distâncias entre estados. Onde segundo Siqueira (2000), “A modernização do Brasil não poderia ocorrer apenas tendo como base a alteração de sua paisagem urbana, de melhorias técnicas e científicas, mas dependia de uma mudança de mentalidade que permitisse a introjeção de novos valores comportamentais externalizados numa práxis civilizada”.

Ainda de acordo com Siqueira (2000), “especificamente para a Instrução Pública, instância responsável pela formação dos futuros cidadãos, várias tentativas foram levadas a cabo, surgindo inúmeras propostas que objetivavam esboçar os contornos de um projeto nacional de educação pública”. E a escola foi fundamental na concretização das transformações almejadas, desta forma o Estado representado pelo governo imperial, ou pelos seus representantes gerais e provinciais – Presidentes das províncias e Assembleias Legislativas assumiram a condução da educação.

Em Mato Grosso, segundo Alves (2006), “todas as primeiras iniciativas práticas no campo do ensino dentro da Capitania tiveram como contexto e como limite as reformas pombalinas da instrução pública”.

As reformas pombalinas são conhecidas como realizadoras dos ideais burgueses na educação. Através delas foram superados o trivium e o quadrivium medievais, dando-se aos conteúdos deles derivado caráter aplicativo e utilitário.

A criação das aulas-régias em Mato Grosso foram posteriores a 1772, ano da instituição do Subsídio Literário que só foi conhecido na Capitania em fevereiro de 1775.

Segundo Alves (1996), “Pode-se imaginar, no máximo, antes dessa época, a existência de raríssimos professores itinerantes de origem lusitana...”, professores estes que juntamente com as autoridades tinham como destino a Capitania de Mato Grosso.

A instrução pública em Mato Grosso foi uma atividade tardia, ocorrendo apenas no ano de 1775, e apresentava um quadro de insuficiência na formação dos cidadãos. O ensino em Mato Grosso toma realmente uma regulamentação com a Lei nº. 27 de 1822.

Com a aprovação do Ato Adicional em 1834, a Província passou a ter mais poder para legislar sobre a instrução pública, mas em Mato Grosso este fato não aconteceu, pois a Província apenas refletiu as mudanças e propostas difundidas e aplicadas na Corte.

Segundo Leite (1970), “apesar de, em quinze de outubro de 1827, o governo imperial ter determinado a criação de cadeiras de instrução primária em todas as cidades e

vilas mais populosas”, na Província de Mato Grosso as mesmas não foram providas de imediato.

Até 1837, havia na Província de Mato Grosso algumas aulas régias. Sendo que a partir desta data, no Governo de Pimenta Bueno, surge o Primeiro Regulamento para a Instrução Pública em Mato Grosso, através da Lei nº. 08 de 05/05/1837, que pretendeu efetivar a obrigatoriedade do ensino. “... Aos pais que deixassem de mandar os filhos à escola, sem razões que o justificassem”, seriam aplicadas “sanções através de multas”.

Esta Lei era composta de 45 artigos que representam à base organizacional da instrução na Província.

Este regulamento estabelecia: “As escolas (...) seriam do primeiro e do segundo grau” e “deveriam ser criadas em todas as povoações da Província que contassem pelo menos vinte crianças em idade escolar”. No 1º grau se trabalhava leitura, escritas, prática das quatro operações e religião. E no 2º grau se trabalhava leitura, escritas, aritmética até proporções, gramática da Língua Nacional e doutrina cristã.

Após a aprovação deste Regulamento, só em 1852, surge a primeira Escola Normal de Mato Grosso, denominada de Escola Normal do Porto, sendo a segunda instituição de ensino público de Cuiabá.

Figura 14: Escola Normal de Mato Grosso – 1852. Hoje, Casa do Artesão.



Fonte: www.Skyacrapercity.com.

A situação educacional da Província até meados do século XIX, não apresentava um quadro substancial, mesmo em termos quantitativos, não passava de mero

artifício de retórica nos discursos das autoridades provinciais. O atendimento escolar até 1850, nunca chegou a atingir 10% da população em idade escolar.

Apenas com o Regulamento de 1854, é que ocorreu um aumento significativo de escolas por toda a Província. Regulamento que foi um complemento da Lei nº. 8 de 1837, tornando-a mais completa.

Entre 1854 e 1863, duplicaram as matrículas nas escolas públicas que em consequência entrou em decadência o ensino particular.

A organização da instrução pública, na província de Mato Grosso, era muito simples, ficando a administração sob o controle e fiscalização do Presidente da Província auxiliada por um Inspetor Geral das Aulas.

Segundo Siqueira (2000), “de 1872 a 1889, a direção da instrução pública em Mato Grosso sempre esteve nas mãos de indivíduos cultos, formados em cursos superiores e em sua maioria bacharéis ou “Cientistas””. Estes indivíduos propunham importantes mudanças para a instrução pública em consonância com os pressupostos veiculados na Corte, onde a obrigatoriedade, gratuidade e liberdade de ensino representavam a base para uma proposta educacional de um País moderno.

Em 04 de março de 1880, um novo regulamento trouxe mudanças significativas na Educação da Província de Mato Grosso. Entre as principais reformas constam as seguintes: Ensino livre; Instrução obrigatória; Confraternidade da religião e da instrução; Instrução mixta dirigida pela mulher; Escolas de instrução primária na cadeia das cidades; Aulas noturnas; Criação de um curso de humanidades.

E é neste cenário que, com o regulamento de 1880, implantou-se a Escola Liceu Cuiabano.

• O ENSINO SECUNDÁRIO NO IMPÉRIO BRASILEIRO

No Brasil, durante o período colonial, a educação secundária era mantida por ordens religiosas, especialmente pelos jesuítas, apresentava um ensino predominantemente humanista, direcionado para a formação dos filhos da elite brasileira. Não existia um sistema de educação nomeadamente secundária e pública.

Somente em 1772, a Coroa Portuguesa propôs um projeto para o estabelecimento de “aulas régias” que eram disciplinas autônomas e isoladas, dadas em locais diferentes, sem articulação entre elas e sem planejamento do trabalho escolar. Os professores não possuíam uma formação adequada.

A partir daquele ano foram criadas aulas-régias de Gramática Latina, Grego e Filosofia na Bahia, em Pernambuco, no Maranhão, em São Paulo e em Vila Rica e Mariana.

De acordo com Vechia (2003),

As aulas-régias foram expandidas, sendo criadas cadeiras em diversos pontos do país, tais como de Retórica, de Hebraico, Matemática, Filosofia, Teologia, Línguas Modernas, Ciências Experimentais, Grego, Comércio e Música. Aos poucos se ia rompendo a mentalidade do ensino clássico-humanístico dos jesuítas, com introdução de novas disciplinas ministradas.

Estas aulas foram criadas com o objetivo de preencher a lacuna deixada pela eliminação da estrutura escolar jesuítica.

Com a implantação do Subsídio Literário (1772), um imposto sobre produtos do Reino e das Colônias para pagamento dos professores, o número de escolas cresceu e a oferta foi diversificada,

A reforma de 1834, em seu art. 10 § 2º, conferiu às Províncias o direito de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios a promovê-la, excluindo de suas competências os cursos superiores, com isso instituíam-se uma dualidade de competências que possibilitava a criação em cada província de dois sistemas de ensino: o provincial e o geral.

Em relação aos estudos secundários, os mesmos permaneceram sob a supervisão direta do Centro, com as aulas avulsas da Corte extintas no final de 1857, o Colégio de Pedro II, as Aulas Menores anexas aos cursos jurídicos e o ensino dos Seminários Episcopais.

O Poder Geral com o monopólio existente sobre o ensino superior exerce influência sobre o ensino secundário mantido pelas províncias que se destinava ao preparo de candidatos para as escolas superiores do Império, reproduzindo em seu currículo o conjunto de disciplinas fixadas pelo Centro para os exames de ingresso nas Academias. Apesar do que instituía o Ato Adicional, o controle do ensino secundário em todo o Império foi mantido pelos poderes gerais.

O Ato adicional encontrou o ensino das humanidades fragmentado em aulas avulsas, à maneira das aulas régias. O ensino público secundário reduzia-se a um punhado de

aulas de latim, retórica, filosofia, geometria, francês e comércio, espalhadas pelas diversas províncias.

As primeiras providências efetivas no sentido de organização dos estudos públicos secundários ocorreram a partir do Ato Adicional. Surgem os primeiros Liceus provinciais com a reunião de cadeiras avulsas existentes nas capitais das províncias: o Ateneu, no Rio Grande do Norte, em 1835 e os Liceus da Bahia e da Paraíba em 1836, que tinham como objetivo comum a preparação dos jovens para o ingresso nas Academias Militares e Escolas Superiores.

De acordo com Nagle (1976),

A educação secundária era destinada a um grupo social muito restrito, jovens herdeiros da oligarquia agrária, filho de comerciantes, profissionais liberais, etc., cuja formação fundamentada nos estudos desinteressados expressava a distinção cultural de uma elite, destinando-se a uma finalidade muito específica, isto é, a preparação para os cursos superiores.

Com o Decreto de 02 de dezembro de 1837, a Assembléia Legislativa aprovou o projeto de criação de uma escola secundária no Município da Corte. Assim, foi fundado o Imperial Colégio de Pedro II nos moldes do modelo francês.

Com o regulamento de 31 de janeiro de 1838, se introduziu, a exemplo dos colégios franceses, os estudos simultâneos e seriados, organizados em um curso regular de 06 a 08 anos. Criado com a finalidade de formar a elite intelectual, econômica e religiosa brasileira, e um modelo a ser seguido pelos demais colégios. Desta forma, ainda que indiretamente, teria início certa uniformização do ensino secundário público no Brasil, ou seja, o início de um sistema público de educação.

No novo colégio se trabalhavam as línguas latina, grega, francesa e inglesa, a gramática nacional e a retórica, a geografia e a história, as ciências naturais, as matemáticas, a música vocal e o desenho. Os alunos formados pelo Colégio de Pedro II, bacharéis em letras, tinham direito à matrícula direta em qualquer um dos cursos superiores do Império.

De acordo com Haidar (2008),

O ensino secundário provincial, embora enriquecido graças à ampliação dos estudos matemáticos, ao maior desenvolvimento dado às línguas modernas e à criação de cadeiras de geografia e história, antes praticamente inexistentes, limitava-se, entretanto, com pouquíssimas exceções, às disciplinas exigidas como preparatórios para ingresso nas Academias.

Ainda em 1850, os liceus provinciais conservavam o mesmo caráter de organização, mantendo a tradição de fragmentação das unidades de ensino ou aulas avulsas.

Mediante as deficiências do ensino secundário provincial, duas soluções foram sugeridas: a criação de estabelecimentos gerais nas Províncias e a equiparação dos liceus provinciais ao Colégio de Pedro II.

A má qualidade do ensino secundário provincial desaconselhava o reconhecimento das aprovações conferidas pelos liceus locais, com isso passou-se a objetivar a equiparação dos estabelecimentos secundários das Províncias que adotassem estrutura e planos de estudos semelhantes aos do Colégio da Corte.

Durante o período imperial, os demais liceus, colégios provinciais públicos e os particulares foram incentivados a adequar os planos e programas de ensino aos adotados pelo referido Colégio, uma vez que, a partir de 1854, os exames de ingresso ao ensino superior, chamados exames preparatórios, deveriam ser realizados em conformidade com os programas daquela instituição, (VECHIA, 2003).

A equiparação dos liceus provinciais passou a ser vista como a maneira indireta de uniformizar os estudos preparatórios em todo o país. Essa ideia defrontava-se com sérias resistências.

Inúmeras inovações do sistema educacional brasileiro ocorreram na década de 1850, em todos os níveis de ensino. As reformas refletiam as preocupações observadas em países europeus, principalmente no tocante ao ensino secundário e técnico e buscavam encontrar soluções, ainda que parciais, para os problemas debatidos desde a década anterior.

De 1870 a 1880, foram apresentados importantes projetos de reformas da instrução pública, onde se buscavam a participação do Centro no desenvolvimento do ensino em todo o país, quer seja propondo a criação de estabelecimentos nas províncias custeados no todo ou em parte pelo governo central, quer seja prevendo a concessão de auxílio financeiro a escolas fundadas pelos poderes provinciais e pela iniciativa particular.

Em relação ao ensino secundário, a equiparação dos liceus provinciais apresentava-se como a fórmula capaz de reerguer o ensino secundário provincial, conciliando, de modo satisfatório a ambas as partes e aos interesses do ensino, a interferência do Centro e a autonomia das províncias.

• O ENSINO SECUNDÁRIO NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

A partir de 1831, motivado pela criação das Academias de Ensino Superior, o governo de Mato Grosso também oficializou a criação das primeiras aulas públicas de ensino secundário, localizadas em diferentes pontos da província e mantidas pelos cofres públicos. O ensino secundário manteve a tradição fragmentada, constituindo-se em diversas unidades de ensino ou aulas avulsas.

Na primeira metade do século XIX, a instrução mato-grossense se limitou às aulas de humanidades literárias, se estendendo apenas em três localidades mais desenvolvidas, conforme podemos observar no quadro abaixo.

QUADRO 01

Localização das primeiras aulas públicas de ensino secundário na província de Mato Grosso:

LOCALIDADES	CADEIRAS	DATA DE CRIAÇÃO
Cuiabá	- Gramática Latina - Francês - Filosofia Racional e Moral - Lógica - Retórica - Geometria - Aritmética - Escrituração Mercantil	Decreto de 11/11/1831 Lei nº. 2 de 22/12/1836 Decreto de 11/11/1831 Decreto de 11/06/1831 Decreto de 11/06/1831 Decreto de 25/06/1831 Decreto de 11/11/1831
Poconé	- Gramática Latina	Decreto de 11/11/1831
Diamantino	- Gramática Latina	Reaberta em 1834

FONTE: Quadro elaborado por Maria Inês Zanelli com base no seguinte documento: Orçamento-Demonstração da Despesa Provincial orçada para o ano financeiro de 1839 a 1840. Instrução Pública – Aulas Maiores – APMT. Caixa 1839, (ZANELLI, 2002).

Apenas as disciplinas de caráter literário, fizeram parte da formação cultural da elite mato-grossense. Outras como a filosofia racional, moral e retórica ficaram por pequeno período em funcionamento e as disciplinas de aritmética, geometria e de escrituração

mercantil, em nenhum momento foram providas, devido não ser considerada importante na formação intelectual das novas gerações.

Na província de Mato Grosso até 1836, o que se tem registrado em relação ao ensino secundário, são alguns ensaios no sentido de centralizar o ensino secundário, com a tentativa da criação de um estabelecimento, típicos liceus, onde se concentraria todas as aulas da capital.

Através da Lei nº. 02 de 22 de dezembro de 1836, a Assembléia Legislativa aprovou o primeiro projeto educacional para a província. O governo provincial pretendia com este projeto, reunir as aulas do ensino secundário num edifício próprio, criando um Liceu na Capital.

De acordo com Zanelli (2002),

Este projeto no seu artigo 3º autorizava o governo a nomear um professor de ensino secundário ou qualquer cidadão de reconhecida idoneidade, para exercer a função de Inspetor dos Estudos Públicos, e no artigo 4º, previa a reunião das aulas do ensino secundário, permitindo, assim, que se instalassem em edifício próprio as cadeiras já existentes. O mesmo artigo definia também a elaboração de um Regulamento, que fixasse para a nova instituição sua organização quanto a horários, compêndios e obrigações dos professores e do Inspetor de Estudos.

Estas primeiras medidas foram responsáveis pela origem do Liceu Cuiabano que somente se concretizou em 1879.

Na Província, as aulas públicas de nível secundário mantiveram a tradição fragmentária das aulas régias. Embora tendo sido criadas variadas aulas, a maior parte delas se manteve desativadas.

Em janeiro de 1842, instalou-se uma Escola Primária Normal em Cuiabá, a terceira escola a ser criada no Brasil, sendo precedida somente pelas de Niterói (1835) e da Bahia (1836). Foi uma primeira tentativa sistematizada para realizar a formação de professores de Primeiras Letras em Mato Grosso, extinguiu-se em 1844.

Em 1843, o Presidente Zeferino Pimentel Moreira Freire aumentou o número de aulas secundárias, criando “a aula de 1º ano matemática e de geometria”.

A ideia de implantação de estabelecimento único de ensino secundário em Cuiabá voltou em 1848, quando foi promulgada uma lei criando um Liceu na Capital que não se materializou neste período.

O surgimento de um estabelecimento aglutinador das aulas de nível secundário concretizou-se a partir de 1853, com o Decreto Imperial de 13 de fevereiro que criou suas primeiras cadeiras.

Figura 15: Seminário Episcopal de Cuiabá – Seminário da Conceição.



Fonte: Skyscrapercity.com.

O Seminário Episcopal da Conceição, primeiro estabelecimento de ensino secundário fundado em Cuiabá em 07 de dezembro de 1858, pelo Bispo Dom José Antonio dos Reis, era de natureza particular, não deixando de receber contribuições da administração pública provincial, quer para sua edificação ou para sua manutenção.

Por decreto imperial, foram criadas para constituírem o curso deste estabelecimento as seguintes cadeiras: Teologia Moral e Dogmática, História Eclesiástica e Instituições Canônicas, Retórica e Eloquência Sagrada, Filosofia Racional e Moral, Latim e Francês. Iniciou-se com uma matrícula de setenta alunos externos.

Neste período, governava a Província de Mato Grosso o 13º Presidente, Chefe de Divisão, Joaquim Raimundo de Lamare.

De acordo com Mendonça (1977),

Neste estabelecimento serviram como professor de Teologia Dogmática e Moral, e Filosofia Racional e Teologia Exegética, o padre Ernesto Camilo Barreto; como lente catedrática de Retórica e Eloquência Sagrada, o bacharel Antonio José Barbosa Oliveira; como lente catedrática de Filosofia Racional e Moral, o bacharel Caetano Xavier da Silva Pereira, substituído em 1862, pelo bacharel João Carlos Ludovico Oton Schulze, que também lecionou Geometria, Geografia, Latim, e particularmente, Aritmética, Álgebra, Francês e Grego.

As aulas avulsas de ensino secundário permaneceram isoladas até 1861, quando por sugestão do Inspetor Geral das Aulas, Joaquim Gaudie Ley, as mesmas foram suspensas ou suprimidas.

Em 1868, foi criado pelo poder público provincial duas novas cadeiras de ensino secundário, com o objetivo de atender aos preparatórios. Sendo uma das cadeiras composta pelas disciplinas de geografia e história e a outra pelas matemáticas elementares.

Estas cadeiras foram anexadas ao programa do Seminário Episcopal da Conceição, por ordem do Presidente da Província, de acordo com as medidas legais concedidas pelo Poder Central e considerando os reflexos da modernidade inseridos nos progressos da província.

No campo da Instrução Pública uma nova reforma (Lei nº. 15, de 4 de julho de 1873), dá novo regulamento orgânico à instrução pública da Província oficializando o projeto educacional para Mato Grosso que é o de colocar em prática um curso Normal e o curso Preparatório.

A 09 de julho de 1874, com a Lei nº. 13, a Assembléia Legislativa de Mato Grosso, autorizou a criação de uma Escola Normal que em 1875, no governo do General José de Miranda da Silva Reis foi instalada em Cuiabá, com o objetivo de preparar professores para as escolas de instrução primária. O estabelecimento funcionava em edifício próprio, construído especificamente para este fim.

Onde segundo Mendonça (1977), “ao ato compareceu o Presidente da Província, o Bispo de Cuiabá, Dom Jose Antonio dos Reis, o Barão de Diamantino, grande número de autoridades, cavalheiros e senhoras”.

O Regulamento provisório do Curso Normal ocorreu cinco meses depois de instalada a referida escola, convertido em disposições permanentes pela Assembleia Legislativa Provincial.

O programa curricular do Curso Normal tinha a seguinte composição: Gramática da Língua Nacional, Pedagogia e Métodos, Matemáticas Elementares e Geografia e História.

As duas cadeiras criadas em 1868, foram transferidas do Seminário para o Curso Normal em 1878, também com o objetivo de atender aos preparatórios.

A 07 de janeiro de 1879, por iniciativa do Padre Ernesto Camilo Barreto, foi instalado na Chácara de sua propriedade, seis quilômetros distante da Capital, à margem esquerda do rio Cuiabá, na barra do ribeirão “Pari,” o Colégio São João Batista, internato, ministrando o ensino primário e secundário a meninos e adolescentes.

Este curso abrangia o ensino de Francês, Latim, Geografia, História, Filosofia Racional e Moral, Retórica, Geometria, Álgebra e Caligrafia.

Em 03 de dezembro de 1879, através da Lei nº. 536, foi criado o Liceu Cuiabano e fundado em 07 de março de 1880, pelo Presidente da Província de Mato Grosso, Rufino Enéas Gustavo Galvão, Barão de Maracajú.

Com a Reforma Souza Bandeira em 1889, no Governo de Dr. Antonio Herculano de Souza Bandeira, os cursos do Liceu Cuiabano foram desmembrados. O liceu passa a funcionar como uma entidade a parte, destinando-se a preparação de cursos que dessem acesso às escolas superiores do país, contribuindo grandemente para o desenvolvimento cultural de Mato Grosso.

Com esta divisão, cria-se o Externato do Sexo Feminino, com a finalidade de preparar professores para o magistério primário.

Outra instituição que podemos destacar é o Liceu de Artes e Ofícios fundado e dirigido pela Congregação Salesiana que também contribuiu para a formação cultural do povo mato-grossense, dispondo de um programa destinado ao ensino da agrimensura, escrituração mercantil e meteorologia.

Figura 16: Liceu Salesiano.



A Missão Salesiana veio para Mato Grosso em 1894, aqui chegando a 18 de junho. Seguindo o exemplo do seu patrono Dom Bosco, a missão, com apenas dois meses de estadia em Cuiabá fundava a 1º de setembro de 1894, o Colégio São Gonçalo.

De acordo com Mendonça (1977),

Dos seus bancos saíram nas letras, na política, na medicina, homens como João Villasboas, Leônidas Antero de Matos, Olegário Moreira de Barros, Generoso Ponce Filho, José de Mesquita, Amarílio Novis, Virgílio Corrêa Filho, Clóvis Corrêa da Costa e Vespasiano Barbosa Martins.

Figura 17: Alunos do Colégio Salesiano.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

A 1º de janeiro de 1910 é instalada a Escola de Aprendizes Artífices, mantida pelo Governo Federal. Tinha como diretor o professor João Pedro Gardés.

Figura 18: Alunos da Escola Federal de Aprendizes Artífices.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

Com o intuito de mudar o ensino público primário e secundário, a partir de 1870, começaram a surgir novas propostas de reformas educacionais que tinham em vista o desenvolvimento urbano e comercial e o fortalecimento dos novos meios de produção mato-grossense.

Com a criação da Escola Normal em 1874, e com a criação do Liceu Cuiabano, em 1879, se inicia um novo período na história educacional de Mato Grosso que busca uma escola pública, laica e gratuita, bem como o ensino das ciências.

CAPÍTULO III - O LICEU CUIABANO

Figura 19: Liceu Cuiabano.



A história desse estabelecimento de ensino tem início em 1879, com a criação através da Lei nº. 536, de 03 de dezembro de 1879, e sua inauguração a 07 de março de 1880. Durante o ato de inauguração, houve a apresentação de quatro bandas de música que executaram algumas peças escolhidas e uma guarda de honra, postada nas imediações do edifício, que prestou ao presidente da província, o general Barão de Maracajú e ao bispo D. Carlos Luiz d'Amour, as continências de ordem.

Houve vários discursos, ressaltando a importância da instituição para a mocidade da província de Mato Grosso. Entre eles, destacamos o do Senhor Diretor Geral da Instrução e do Liceu, o Doutor Dormevil Jose dos Santos Malhado que, além de fazer sobressair às vantagens que a instituição traria, demonstrou os melhoramentos introduzidos no ensino público provincial pelo Decreto de 04 de março, enfatizando o duplo princípio da obrigatoriedade e liberdade do ensino.

No ato da solenidade lavrou-se o seguinte termo:

“Aos sete dias do mez de março de 1880, antecedentemente designado por S. Exc. O Sr. Presidente da Província, presentes, as nove horas da manhã, no edifício destinado para nelle funcionar o Lyceu desta capital, os Exmos Srs. Presidente da Província, Barão de

Maracajú, Bispo Diocesano Dom Carlos Luiz d'Amour, Director Geral da Instrução Publica Doutor Dormevil Jose dos Santos Malhado, os professores do Estabelecimento Antonio Corrêa da Silva Pereira, Jose Magno da Silva Pereira, Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, Antonio Corrêa da Costa, João Pedro Gardés e Jose Estevão Corrêa, diversas autoridades civis e militares e pessoas gradas desta capital, o sr. Presidente da província abrio a sessão declarando, depois de uma breve allocução, estar installado o Lyceu Cuyabano da Província de Mato-Grosso, creado pela lei provincial n. 536 de 3 de Dezembro de 1879”.

O Liceu Cuiabano foi criado com a junção de dois estabelecimentos num só, a recém criada instituição “o Liceu Cuiabano” e a já instalada Escola Normal. Conforme o artigo 1º da Lei nº. 536, esta união tinha por fim atender a dois objetivos, “o *Lyceu Cuiabano tem por fim não só habilitar professores para o magistério público primário, mas preparar aspirantes a matricula nos cursos superiores do Império*”, cursos estes oferecidos pelas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia Militar.

Para Zanelli (2002), “... a criação do Liceu Cuiabano constitui um marco importante na história das instituições escolares, haja vista que, juntamente com o Seminário da Conceição, criado em 1858, veio contribuir sensivelmente com a formação cultural de uma nova categoria social, a formação dos intelectuais”.

Nascia assim, o primeiro estabelecimento público secundário composto de dois cursos, o Normal e o de Línguas e Ciências Preparatórias.

Mesmo tendo sido criado sobre o estigma da democracia, o Liceu Cuiabano serviu quase que exclusivamente aos filhos das elites que, em geral, perseguiram os estudos superiores, (Siqueira, 2000).

A implantação de um Liceu na província de Mato Grosso teve um andamento mais lento que em outras províncias, justificado nos Regulamentos oficiais, pela falta de recursos financeiros.

Embora criado tardiamente, as condições oficiais em que o Liceu foi instalado, não foram diferentes das ocorridas nas demais províncias do Império, pois, a criação de um Liceu na capital mato-grossense, no final do século XIX, refletiu de certa forma as intenções que nortearam o projeto de educação proposto pela elite política imperial, assim como representou o pensamento da elite regional, acerca da natureza e dos objetivos do ensino secundário provinciais, claramente proferidas pelas mais altas autoridades provinciais, que discursavam no Ato de instalação da instituição, (ZANELLI, 2002).

No século XIX, a escola pública secundária veio exigir espaços e saberes específicos, com o objetivo de formar um novo cidadão e constituir uma nova sociedade.

Em Mato Grosso, foi exigido do Estado Provincial, uma organização no sentido de viabilizar recursos humanos e espaço físico adequado para a efetiva estruturação da instituição pública secundária que viria dar continuidade à formação dos jovens mato-grossenses.

Para Zanelli (2000), “a organização do espaço físico do Liceu Cuiabano foi preocupação básica e fundamental para o desenvolvimento da proposta educativa ora estabelecida, como princípio básico para a formação dos futuros intelectuais e possíveis dirigentes da província”.

A 03 de fevereiro de 1880, deu-se início às aulas do Curso Normal, com um total de 48 alunos.

Podemos dizer que a maior dificuldade para a implantação do Liceu Cuiabano era a falta de um prédio próprio para o seu funcionamento.

Com a inauguração em 07 de março de 1880, os dois cursos, o Normal e o de Línguas e Ciências Preparatórias, passam a funcionar no edifício público ocupado pelo Batalhão da Polícia, que foi totalmente reformado e adaptado, por ordem do Presidente da Província, para tal fim. Tratava-se de um edifício simples, composto com sete salas de aulas.

A necessidade de ampliação do espaço físico levou o Liceu Cuiabano a ganhar uma nova sede e assim, posteriormente foi instalado em um prédio situado no antigo Largo da Matriz, hoje Praça da República local onde está situada o Ganha Tempo e a Empresa Brasileira de Correio e Telégrafos. Tinha um espaço mais amplo, comportando uma média de 16 salas.

Figura 20: Escola Liceu Cuiabano.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

Os prédios onde foi instalado o Liceu passaram por reformas, principalmente no sentido da conservação dos edifícios.

Em 1914 foi transferido para o Palácio da Instrução, local que também abrigou a Escola Normal e a Escola Modelo.

Figura 21: Escola Liceu Cuiabano.

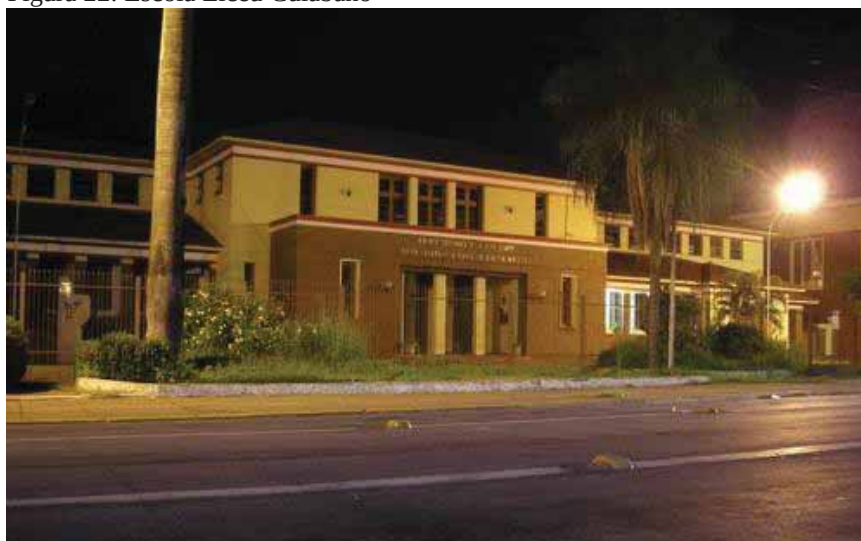


Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

E, em definitivo, na Praça General Mallet, em edifício construído pelo interventor Júlio Muller², sendo ali instalada em 1946, com a denominação de Colégio Estadual de Mato Grosso.

² Interventor do Estado no período de 1937 a 1945, no Governo de Getúlio Vargas.

Figura 22: Escola Liceu Cuiabano



Fonte: cuiabaemfotos. blogspot.com.

O Liceu Cuiabano, com seu caráter democrático veio atender às exigências sócio-históricas mais importantes, reclamadas pela sociedade e que foram fundamentais para a sua estabilidade.

O seu primeiro regulamento foi expedido a 04 de março de 1880 e aprovado pela Lei nº. 540 a 23 de outubro do mesmo ano, pelo então Presidente da Província, Rufino Enéas Galvão, Barão de Maracajú, marcando mais uma conquista do governo provincial na direção da instrução pública.

Ao longo de sua história a atual Escola Estadual Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Muller”, diante das várias propostas de ensino para Mato Grosso, recebeu várias denominações, conforme destacamos abaixo:

QUADRO 02

Diversas denominações do Liceu Cuiabano

DATAS	DENOMINAÇÕES
1879 – Lei nº. 536 de 03/12	Lyceu de Línguas e Ciências - Lyceu Cuiabano
1942 – Decreto nº. 100 de 27/05	Colégio Cuiabano
1943 – Decreto-Lei nº. 143 de 10/03	Colégio Estadual de Mato Grosso
1976 - Decreto nº. 480 de 29/03	Escola Estadual de 1º e 2º Graus Liceu Cuiabano
1979 - Decreto nº. 1752 de 13/03	Escola Liceu Cuiabano
1998 - Decreto Lei nº. 2812 de 11/12	Escola Estadual de I e II graus Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Muller”
2000 - Decreto nº. 1826 de 11/10	Escola Estadual Liceu Cuiabano “Maria de Arruda Muller”

Fonte: Quadro elaborado por Ivone da Rocha, com base nos documentos oficiais elencados acima. Arquivo Público/Cuiabá/MT.

• OS PROFESSORES

Cuiabá exerceu um importante papel na modernização de Mato Grosso, principalmente pela concentração da elite política provincial, que era composta por um grupo de intelectuais com formação superior advindos das Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia. Esse grupo participou da reorganização dos diversos setores da estrutura pública, com destaque para o sistema público de ensino da província, principalmente o secundário, assegurando a esse sistema a transmissão de uma nova cultura.

Esse grupo também foi responsável pela modernização tanto nas relações pessoais como nos espaços da cidade. Dentro desse grupo de profissionais surgem os professores públicos de ensino secundário, que tinham uma participação efetiva na execução do projeto de modernização da província de Mato Grosso, com ênfase na institucionalização do ensino público secundário.

Essa nova profissão estava prevista no Regulamento da Instrução Pública de 1880 que, previa o concurso público para o cargo sem a comprovação de uma habilitação profissional específica, exigia-se apenas a comprovação da capacidade profissional.

De acordo com Zanelli (2000), “a capacidade profissional era verificada por meio de exame de habilitação com provas oral e escrita, tendo como referência os conteúdos do ensino secundário e versando somente sobre as disciplinas professoradas na cadeira que estivesse em concurso”.

Os professores diplomados pelos Liceus, pelas Escolas Normais, ou por qualquer das faculdades do Império eram dispensados da prova de capacidade profissional.

Em seu artigo 81, o Regulamento da Instrução Pública de 04 de março de 1880, trazia os requisitos necessários para se exercer o cargo de professor do Liceu Cuiabano.

Artigo 81 – Só poderão propor-se ao magistério público os cidadãos brasileiros que provarem os seguintes requisitos:

1º-Maioridade legal;

2º-Moralidade;

3º-Isenção de culpa;

4º-Capacidade profissional.

Em princípio, as cadeiras de Ensino Secundário do Liceu Cuiabano seriam providas por concurso público e em segundo, por necessidade, seriam providas por contratado ou interino.

O primeiro diretor do Liceu Cuiabano foi o Dr. Dormevil José dos Santos Malhados. Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia. Nasceu em 1838, na Bahia e faleceu em 1902, aos 64 anos de idade na cidade de Corumbá/MS.

Pertencendo ao quadro do exército, chegou ao Estado muito moço e seus relevantes serviços ao povo e à pátria datam da epidemia de varíola em 1867.

Exerceu sempre diversos cargos públicos, entre outros os de Inspetor de Higiene, por diversas vezes, lente de pedagogia e da língua vernácula do Liceu Cuiabano, Diretor Geral da Instrução Pública, em cujo caráter aposentou-se e, por último, o de inspetor do Porto da cidade de Corumbá. Foi por vezes vice-presidente da província e deputado à Assembléia Provincial dotado de invejável talento, enriqueceu e enobreceu por muito tempo a imprensa mato-grossense.

Figura 23: O Diretor Geral da Instrução Pública e seus auxiliares.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

E os primeiros professores foram: Dr. Dormevil José dos Santos Malhado que ocupou a cadeira de pedagogia, José Magno da Silva Pereira a cadeira de gramática portuguesa, Capitão Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo³ a cadeira de matemáticas, Antonio Corrêa da Costa a cadeira de geografia e história, João Pedro Gardés a cadeira de língua francesa, Antonio Catalina Pereira da Silva a cadeira de latim e José Estevão Corrêa a cadeira de filosofia.

Na figura a seguir, podemos observar uma pequena mudança no quadro nominal dos empregados e professores do Liceu Cuiabano no ano de 1881, a cadeira de pedagogia foi assumida pelo Tenente Antonio Corrêa da Silva Pereira, no lugar do Dr. Dormevil José dos Santos Malhado que assumiu o cargo de Diretor Geral.

³ Engenheiro militar – Capitão do 2º Regimento – em 1869 participou de operações na República do Paraguai sob o comando de Luiz Felipe Fernando Gastão de Orleans, Conde D Eu.

Figura 24: Mapa nominal dos empregados do Liceu Cuiabano/1881.

N. 3.

Mapa nominal dos empregados do Liceu Cuiabano da Província de Mato Grosso

Ordem	Cargos	Empregados e professores	Salário	Diaria	Tercia	Outras vantagens	Observações
1.		Diário Dr. Doméstico José dos Santos Machado	8	8	8	25 de Fevereiro de 1881	
2.	1.º — Pedagogia e métodos	Teodoro Antônio Correia da Silva Pereira	1.000.000	400.000	1.000.000	21 de Junho de 1881	em 1.º de pagamento da propina
3.	2.º — Grammatica portuguez	Capitão José Magno da Silva Pereira	1.200.000	400.000	1.000.000	4 de Março de 1881	
4.	3.º — Mathematica elementares	Capitão Raimundo Augusto de Mendonça Lobo	1.200.000	400.000	1.000.000		
5.	4.º — Geographia e Historia	Antonio Correia da Costa	1.200.000	400.000	1.000.000		
6.	5.º — Logica e Fysica	João Pedro Mendes	1.200.000	400.000	1.000.000	14 de Fevereiro de 1880	
7.	6.º — Latim	Antonio Pereira Gallina da Silva	1.200.000	400.000	1.000.000	2 de Setembro de 1879	
8.	7.º — Philologia e Bibliotheca	Teodoro José Estevão Correia (prof. auxiliar)	1.000.000	400.000	1.000.000	20 de Outubro de 1874	
9.		Porteiro Antonio Ferreira Alencar	300.000	200.000	500.000	2 de Junho de 1879	
		Sommas	8.700.000	3.000.000	11.700.000	7 de Fevereiro de 1881	

O Director geral,
Dr. Doméstico José dos Santos Machado

Diretoria Geral da Instrução em Cuiabá, 8 de Abril de 1881.

Fonte: Arquivo Público de Mato Grosso.

Na província de Mato Grosso, as estruturas de acompanhamento do trabalho docente foram pouco a pouco se constituindo em razão do desenvolvimento do suporte financeiro, legal e administrativo do poder público.

Segundo Zanelli (2002),

... teve início com a criação do cargo de Inspetor geral das Aulas, aprovado pela Lei Provincial de 02 de dezembro de 1836. Em 1873, foi criado o Conselho Literário que tinha como função deliberar e intervir em “todos os Negócios” da instrução pública provincial...

Com a reforma de 1880, criou-se o cargo de Diretor Geral bem como a Diretoria da Instrução Pública e a Congregação dos Professores do Liceu Cuiabano.

A Congregação dos professores do Liceu Cuiabano representou sem dúvida a verdadeira estrutura de controle e acompanhamento da instrução pública secundária, que tinha como ação efetiva a execução das normas previstas nos Regimentos e regulamentos bem como decidir sobre questões pedagógicas.

- **PROFESSORES DE MATEMÁTICA DO LICEU CUIABANO (1880 – 1896)**

O primeiro professor da cadeira de Matemática foi o Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo. Engenheiro militar – Capitão do 2º Regimento. Em 1869, participou de operações na República do Paraguai sob o comando de Luiz Felipe Fernando Gastão de Orleans, Conde D Eu. Sendo que em 1888, o Ministério da Guerra o nomeou como chefe da Comissão Estratégica que tinha como finalidade fundar a Colônia Militar da Foz do Iguaçu e a abertura de estradas de ligação entre a Província do Paraná e a de Mato Grosso.

Outro professor que atuou na Escola Liceu Cuiabano foi o Engenheiro Antonio Corrêa da Costa. Estudou no Curso Preparatório do Seminário da Conceição, vindo a formar-se em Engenharia pela Escola Central de Engenharia, hoje Politécnica do Rio de Janeiro. Foi militar, exercendo o cargo de Tenente – coronel. Enquanto político exerceu o cargo de Presidente da Província de Mato Grosso tendo sido nomeado por Carta Imperial em 20 de abril de 1831. Também exerceu o cargo de Vice-presidente em 1840 e 1842. No período da República foi eleito por sufrágio direto do eleitorado, governando de 15 de agosto de 1895 a 26 de janeiro de 1898.

Figura 25: Antonio Corrêa da Costa.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

O engenheiro Caetano Manoel de Faria Albuquerque (11/01/1857-10/02/1925), também atuou como professor da cadeira de matemática, na Escola Liceu

Cuiabano. Foi um engenheiro militar, político e jornalista brasileiro. Nasceu em Cuiabá, a 11 de janeiro de 1857. Era filho do tenente-coronel Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, comandante das armas da então província de Mato Grosso, que era natural de Pernambuco e de Francelina da Silva Pereira, natural de Cuiabá. Veio a falecer em Cuiabá, 10 de fevereiro de 1925.

Enquanto escritor pode destacar duas obras: *Resumo Chorográfico do Estado de Mato Grosso*, Rio de Janeiro, 1894 e *Dicionário Técnico Militar de Terra*, Lisboa, 1911.

E enquanto militar e engenheiro, assentou praça como voluntário em 1871. Após seus estudos na Academia Militar do Rio de Janeiro, a 9 de Setembro de 1882, retornou à sua terra natal, para investir-se nas funções de ajudante de ordens do Comando das Armas, como capitão de Engenheiros. Foi promovido a Major Graduado em 21 de Março de 1890. Reformado como General de Brigada em 1913. No regime imperial, desempenhou cargos importantes nas obras militares do Pará (1882), Mato Grosso (1883), Piauí e Paraíba (1886) e, participou da organização da carta das fronteiras (1888). No regime atual, destacam-se os serviços na Comissão Telegráfica de Leste (1890), no Laboratório Pirotécnico, (1891), e, sobretudo na estrada de ferro Paraná – Mato Grosso.

Foi eleito Deputado Federal por Mato Grosso em dois períodos, da Constituinte de 1891 e o do quadriênio Hermes da Fonseca (1910 - 1914). Foi Presidente do Estado de Mato Grosso, eleito em março de 1915, assumiu a 15 de agosto e governou até 09 de fevereiro de 1917.

Figura 26: Engenheiro Caetano Manoel de Faria Albuquerque.



Neste período, também atuou como professor o senhor Saturnino da Silva Rondon.

Destacamos também como professor da cadeira de matemática o médico José Leite Pereira Gomes Filho. Era Tenente-coronel comandante do 21º batalhão de infantaria.

O último professor da cadeira de matemática deste período foi o Funcionário Público Federal o Sr. João Alves Guerra, que em 1905 exerceu a função de Inspetor da Alfândega.

- **OS ALUNOS DO LICEU**

Figura 27: Alunos do Liceu Cuiabano.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

A Escola Liceu Cuiabano foi criada com o objetivo de atender aos filhos da elite mato-grossense, mas no decorrer de sua existência veio a ganhar as diferentes camadas sociais, ou seja, além dos filhos das camadas mais abastadas da sociedade constam também no seu quadro de alunos, filhos dos diversos segmentos da sociedade.

Para o ingresso nesta escola, aos alunos era exigida a conclusão do ensino de 2º grau de instrução primária, a prova de que eram vacinados, de que não sofriam moléstias

contagiosas, que tivessem pelo menos a idade completa de 12 anos, e ter pagado na estação correspondente a respectiva taxa de matrícula.

Com Decreto de 1896, para a matrícula no Liceu Cuiabano ao aluno era exigido: 1º idade mínima de 14 anos; 2º que fosse vacinado e não sofresse de moléstia contagiosa e 3º que fosse habilitado nas matérias que constituíam o curso da instrução primária complementar.

Para fazer matrícula no Liceu o estudante deveria apresentar requerimento do seu pai, tutor ou educador ao Diretor, contendo nome por extenso, sua filiação, lugar, data de nascimento e ano de curso. A matrícula somente era concretizada após o deferimento do pedido.

No primeiro ano de funcionamento, matricularam-se nas diversas disciplinas dos dois cursos 167 alunos, sendo (7) em Pedagogia e Método, (32) em português, (55) em Matemáticas Elementares, (22) em Geografia e História, (27) em Francês e Inglês, (6) em Latim, (4) em Filosofia e Retórica e (14) alunos ouvintes.

Tendo sido criado no final do século XIX, num período em que a carreira jurídica não estava tão em alta, os jovens mato-grossenses vão buscar em primeiro lugar a carreira militar.

Com o subsidio pago pelo governo provincial, um número significativo de alunos do Liceu Cuiabano concluiu sua formação profissional, aonde adquiriram uma cultura geral e intelectual com base nas humanidades nas letras e nas ciências.

O Liceu Cuiabano, com seu curso de Línguas e Ciências Preparatórias, não apenas preparava os alunos para dar continuidade aos estudos, mas tinha também como objetivo atender as necessidades da época, ou seja, a formação de um novo cidadão que viria atuar nos diversos setores públicos da sociedade mato-grossense. Poucos foram os que seguiram os cursos superiores.

De acordo com Zanelli (2000), “... estes vieram, posteriormente, atuar nas profissões liberais e assumiram cargos na administração pública e outros a desempenhar as mesmas ocupações paternas, herdeiros e continuadores dos negócios familiares...”.

Os alunos que não conseguiram a formação superior vieram desempenhar outras funções importantes como funcionários no setor público provincial.

Assim, o ensino público secundário provincial no final do século XIX, não só atingiu os filhos das elites, mas também as outras camadas da sociedade.

Figura 28: Alunos no pátio do Liceu Cuiabano.



Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914.

- **OS EXAMES NO LICEU**

Até 1873, os exames gerais dos cursos preparatórios só se realizavam nas cidades onde havia escolas superiores, mas com o decreto nº. 5429 de 02/10/1873, os exames foram estendidos às demais províncias do Império, atingindo dessa maneira a província de Mato Grosso.

Estes exames deveriam ter os mesmos efeitos dos que se realizavam no município da Corte, tendo a responsabilidade pelos mesmos os presidentes de província.

A criação das bancas de exames gerais oportunizou a realização de exames na própria província o que facilitou a participação dos jovens candidatos que desejavam ingressar nos cursos superiores, não sendo mais necessário se distanciarem da família na busca de cursos e exames preparatórios.

Só em 1885, através do Decreto nº. 1375 de 22/04/1885 é que a província de Mato Grosso recebeu a autorização para a realização dos exames gerais preparatórios. Com

esta autorização o liceu Cuiabano se tornava uma instituição completa, sendo capaz de atender às reais necessidades da sociedade.

Mesmo tendo sido autorizado em 1885, os exames preparatórios não foram realizados, só vindos a acontecer no ano seguinte. Estes exames foram organizados de acordo com o Decreto nº. 9647 de 02/10/1886 do Ministério dos Negócios do Império.

“... os exames gerais preparatórios não tinham apenas como objetivo a verificação do conhecimento, mas principalmente, oferecer ao seu portador um atestado de aprovação, que garantiria a sua entrada nos cursos superiores.” (Zanelli, 2002).

Os alunos do Liceu Cuiabano, após a realização dos exames preparatórios, que tinham interesse em prosseguir seus estudos, precisavam deixar a província, visto que aqui não havia Faculdades. Os que não tinham condições financeiras recorriam ao subsídio⁴ que lhes eram de direito, subsídio esse aprovado pela Lei Provincial nº. 541 de 25/10/1880.

Através de seu Regimento Interno e de acordo com os novos Regulamentos, a noção de avaliação e rentabilidade dos alunos foi introduzida no Liceu Cuiabano que passa ao final de cada ano escolar submeter os alunos aos exames anuais ou provas de aproveitamento.

Essas provas eram orais e escritas. Os alunos deveriam se inscrever nos referidos exames por disciplinas. Os assuntos eram selecionados através de sorteio, mediante relação dos conteúdos estudados no período letivo. De acordo com os resultados alcançados nesses exames, o aluno era “aprovado” ou “reprovado”.

Sobre as notas das provas escritas, a comissão lançava sobre cada uma a nota, conforme a avaliação os conceitos: ótima, boa, sofrível, má ou péssima.

A reprovação ocorria quando o aluno escrevia sobre assunto diferente do ponto sorteado, bem como quando se retirava antes do final do exame.

Após as provas escritas, iniciavam-se as orais, que constavam de arguição sobre os pontos sorteados e correspondentes aos do programa. Terminada as provas orais de cada turma, a comissão julgadora, juntando as provas escritas passava ao julgamento que era por votação e nominal sobre cada cadeira do ano.

Procedido ao julgamento o presidente da comissão lançava em cada prova a respectiva média com a designação do resultado obtido. Os graus de aprovação eram retirados pela média das notas obtidas nos respectivos exames. Sendo que a média igual ou inferior a três reprovava.

As notas e suas respectivas equivalências numéricas eram assim distribuídas: 0 – péssima; 1, 2 e 3 – má; 4, 5 e 6 – sofrível; 7, 8 e 9 – boa e 10 ótima. Sendo que alguns

⁴ Recursos utilizados pelas famílias mais pobres da sociedade mato-grossense, (Lei de Subvenção).

conceitos eram utilizados para definir o grau de aprovação dos alunos, sendo: simplesmente, plenamente e com distinção.

Após a votação definitiva pela comissão julgadora, que emitia o seu parecer, cada aluno recebia nas respectivas disciplinas o resultado de aprovado ou reprovado.

A Congregação era legalmente a instância maior para definir a aprovação ou reprovação dos alunos.

Como curso preparatório, o ensino do Liceu Cuiabano era concluído parcelado e de maneira cumulativa, tendo tanto as matrículas como os exames realizados por disciplinas.

De acordo com Zanelli (2002),

“Dois dados comprovam esta característica: de acordo com o parágrafo 52, artigo 1º do Decreto nº.41, de 15 de dezembro de 1891, os alunos do Liceu Cuiabano pagavam um imposto junto à Coletoria do Estado, no valor de \$5000 réis, referente a cada matrícula efetuada, sob pena de não se considerar matriculados os que não houvessem pago o referido imposto e, o valor de \$2000 réis para obter os certificados de cada exame...”.

Este mecanismo de avaliação escolar nos remete ao início do processo de seleção escolar, onde os bons alunos eram promovidos e os maus eliminados do processo educacional.

CAPÍTULO IV - LICEU CUIABANO: SEU UNIVERSO PEDAGÓGICO

- **O ENSINO DA MATEMÁTICA NA ESCOLA LICEU CUIABANO**

Este capítulo pretende aproximar-se do ensino da matemática do Liceu Cuiabano, através de um olhar sobre as mudanças de seus cursos, programas de ensino, suas matrizes curriculares e dos livros didáticos.

A matemática, desde a época medieval, passou a ser vista como um conhecimento prático. O conhecimento da geometria e da aritmética constituía a base principal para a arte da carpintaria, da arquitetura, da agrimensura, do comércio e posteriormente para a arte da engenharia militar.

No Brasil, o ensino da matemática teve início com os jesuítas, considerada apenas utilitária e seu ensino prático e técnico. Muito tempo transcorreu para que a matemática tivesse lugar de destaque como cultura geral escolar.

Com a saída dos jesuítas do Brasil e com a reforma do Marquês de Pombal em 1722, pela primeira vez, o Estado assume a responsabilidade sobre a educação. Nesse período, o ensino de matemática era pouco frequentado e limitava-se ao estudo da aritmética e da geometria.

A vinda da Corte Portuguesa para o Brasil, com a criação em 1808, da Academia Real dos Guardas-Marinha e a criação da Academia Real Militar em 1810, levou a matemática a ter um lugar de destaque no currículo escolar. Com a instalação destas instituições, ocorre a organização do ensino da matemática e o surgimento dos primeiros programas.

De acordo com Valente (2007), o ensino da matemática trabalhado nas duas Academias começa a ser separado em ensino Secundário e ensino Superior, ou seja, “enquanto a Academia Real Militar vai se transformando num curso superior, de matemáticas superiores como, por exemplo, a introdução ao cálculo diferencial, a Academia real dos Guardas-Marinha vai se constituindo num curso de nível secundário”.

Ainda segundo Valente (2007), “será das Academias Real Militar e dos Guardas-Marinha que virão professores e livros didáticos de matemática para o ensino nos preparatórios e liceus provinciais”.

Essa matemática ligada à prática que foi desenvolvida desde as escolas técnicas militares perdurou e passou para os colégios e preparatórios do século XIX.

Os primeiros indícios do ensino de matemática em Mato Grosso têm início através das aulas dadas pelos engenheiros militares aos funcionários da construção de obras, especificamente as obras de engenharia militar construída durante o século XVIII.

Conforme nos relata Alves (1996), “o ensino ministrado pelos engenheiros apresentava um caráter eminentemente aplicado, subordinando-se às demandas geradas pela construção de grandes obras, basicamente as fortificações militares”.

As seleções dos que se desenvolveriam na “Faculdade de Engenheiro”, que tinha como objetivo as funções do trabalho na obra se dava em razão dos conhecimentos anteriores, ou seja, os que tinham estudos mais avançados. Seleção esta feita pelo diretor de obras.

Ainda de acordo com Alves (1996), “A sala-de-aula era o próprio “quartel” do diretor de obras, onde se encontrava sua “meza para riscar”, ao redor da qual o “professor” deveria desenvolver preleções de caráter teórico e onde os estudantes esmeravam-se nos exercícios de desenho ou de “riscar”, conforme expressão da época”.

A aplicação dos conhecimentos adquiridos encontrava terreno fértil e imediato na própria edificação, aonde as teorias de Euclides e de outros matemáticos e geômetras, bem como o conteúdo das preleções do diretor de obras, eram submetidos à prova.

Portanto no início da colonização de Mato Grosso, predominava uma matemática voltada à urbanização e à defesa da Província, com um ensino baseado na aplicabilidade.

A Escola Liceu Cuiabano, com seu ensino preparatório, tem o ensino de matemática previsto desde o primeiro regulamento num período considerado como o século da consolidação da Matemática Ocidental, desenvolvida desde a Antiguidade.

• OS CURSOS

No século XIX, na província de Mato Grosso, criou-se os cursos secundários, normal e preparatório, de acordo com a proposta educacional do país. E o ensino da

matemática como as demais disciplinas, era organizado segundo a Congregação dos Professores que selecionava os conteúdos a serem trabalhados, sempre tendo como base o ensino do Colégio Pedro II.

O Liceu Cuiabano tem o seu funcionamento no final do Império. Nos seus primeiros anos, atendia a dois cursos, o Normal e o de Línguas e Ciências Preparatórias, num sistema de externato, onde era oferecido aos alunos o ensino secundário, composto pelas seguintes matérias: pedagogia e método, gramática portuguesa, filosofia e literatura nacional, matemáticas elementares, compreendendo aritmética aplicada, álgebra até equação do 2º grau e geometria plana, geografia e historia universal, latim, inglês, francês filosofia racional e moral e retórica.

O Curso Normal que contava com as disciplinas: *gramática da língua nacional, pedagogia e metodologia, matemáticas elementares, geografia geral e historia do Brasil*, atribuía ao aluno aprovado nas mesmas o diploma de Aluno Mestre.

Já no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias que visava às matrículas nos cursos superiores, os alunos deveriam cumprir o mesmo programa da Escola Normal, com exceção de pedagogia e metodologia. Devendo cumprir as disciplinas: *gramática da língua nacional, matemáticas elementares, geografia geral e historia do Brasil, latim, francês, inglês, filosofia racional e moral, retórica, geografia física e política, história universal, gramática filosófica e literatura pátria*.

O Programa Educacional de ensino público secundário tinha por meta oferecer aos alunos os exames gerais e, conseqüentemente atingir os cursos superiores.

Até 1889, o curso Normal ficou incorporado ao Liceu Cuiabano, ganhando sua independência através da Reforma Souza Bandeira. Em 1892, é novamente absorvido pelo Liceu Cuiabano, sendo que esta união perdura até 1894, quando novamente é declarada a separação dos cursos, pelo então presidente da Província Manoel Jose Murtinho, que justificou tal ato alegando que não poderiam funcionar juntos para que não houvesse prejuízo para ambos.

De acordo com Siqueira (2000), “já nos três últimos anos da década de 80, predominava o desejo de se separar o Liceu da Escola Normal”, onde o curso preparatório deveria ser extinto e seus alunos transferidos para o Seminário da Conceição. Essa separação ocorreu com a reforma Souza Bandeira, com o argumento de que seria difícil a manutenção de dois cursos de natureza tão diversa. Do antigo Curso Normal, surgiu o Externato do Sexo Feminino, voltado para a formação de professoras.

O Liceu Cuiabano, com a separação ocorrida, fortaleceu-se, vindo a ter sua própria administração, com Reitor e Congregação, destinando-se à preparação de cursos que dessem acesso às escolas superiores.

- **OS PROGRAMAS DE ENSINO**

Sobre os programas de ensino, os Liceus provinciais tinham como referência o Colégio Pedro II. Estas escolas de ensino secundário tinham como objetivo preparar os jovens para ingressar nas Academias, portanto, os seus programas deveriam atender aos exames preparatórios exigidos ao fazer a matrícula nas faculdades do Império.

O Liceu Cuiabano inicialmente teve o seu programa regulamentado pela Lei nº. 540 de 23 de outubro de 1880. As diretrizes previstas tinham o objetivo de fornecer subsídios para a habilitação de professores para o magistério público primário, bem como preparar os jovens para a matrícula nos cursos superiores do império.

O Liceu Cuiabano apresentou-se com um programa curricular diferenciado. Juntamente com as disciplinas literárias e humanistas, somaram-se os elementos das disciplinas modernas, como a matemática, a álgebra, a geometria, a trigonometria, assim como a geografia, a história e a literatura pátria. E um pouco mais tarde a química, a física e a história natural.

O primeiro programa curricular do Liceu Cuiabano era composto de dez matérias, considerado de acordo com o programa nacional um programa mínimo, mas ideal para atender aos objetivos propostos. Faziam parte deste programa as disciplinas: matemática, filosofia, retórica, francês, história, latim, geografia, português, pedagogia e inglês.

O Liceu Cuiabano representou a chance para se prosseguir nos estudos, mesmo que os filhos das camadas mais pobres não possuíssem condições para frequentá-lo.

Para Zanelli (2002),

O Liceu Cuiabano representou uma renovadora e moderna proposta educacional para a formação das elites intelectuais, pois além de romper com o caráter humanístico-religioso característico no primeiro estabelecimento de ensino secundário de Mato Grosso – O Seminário da Conceição – apontou para uma nova vertente, caracterizada pela noção racional de cientificidade, onde novas áreas de conhecimento passaram a compor o currículo do Liceu.

Com base nos conhecimentos científicos, o programa de ensino assegurava às línguas e às ciências aplicadas e posteriormente às ciências naturais a principal meta do seu currículo.

Os conteúdos a serem transmitidos e exigidos para os dois cursos: o Normal estabelecido desde 1874, e o curso de Línguas e Ciências Preparatório foram redefinidos. A Congregação dos Professores, anualmente, selecionava com base nos compêndios adotados, os conteúdos sobre os quais os alunos deveriam ser avaliados nos exames anuais e gerais preparatórios.

Os programas de ensino do Liceu Cuiabano tinham por base os programas do Colégio Pedro II, visto que os exames preparatórios eram realizados de acordo com os programas do mesmo.

Analisando os regulamentos, verificamos que no primeiro regulamento a matemática aparecem como duas disciplinas, matemáticas elementares compreendendo aritmética aplicada, álgebra até equação do 2º grau e geometria plana.

A disciplina de matemática do Liceu Cuiabano, tratada como a 2ª cadeira – MATEMÁTICAS ELEMENTARES E GEOMETRIA – foram criadas através da Lei nº. 04 de 16 de junho de 1868 e estava anexada ao Seminário Episcopal, sendo que em 1874, com a criação da Escola Normal, a mesma foi transferida para o programa de ensino da referida escola, tendo como lente o Capitão José Roberto da Cunha Bacelar, e com a criação do Liceu nomeou-se novo lente, o Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo.

Em 1887, o programa de ensino da disciplina de matemáticas elementares do Liceu Cuiabano, com base nas obras selecionadas tinha previsto os seguintes conteúdos:

1- Noções preliminares: - Objetivo e fim de geometria. - Linha reta, curva e quebrada. 2 – Plano, circunferência, ângulos e suas medidas. 3 – Teoria das perpendiculares e oblíquas. 4 – Teoria das paralelas. 5 – Triângulos e suas igualdades. 6 – Problemas sobre construção dos triângulos. 7 – Quadriláteros e suas variedades. 8 – Polígonos regulares, polígonos interceptor e circunscrito. 9 – Circunferência e suas combinações com a linha reta. 10 – Linhas proporcionais a semelhança dos triângulos. 11 – Relações da circunferência para o diâmetro – Retificação dos arcos. 12 – Arcos das figuras planas.

A partir de 1888, com autorização da Assembléia Legislativa Provincial, a cadeira de matemáticas elementares do Liceu foi dividida em duas, contemplando cinco matérias. As disciplinas de aritmética e álgebra passaram a constituir a 1ª cadeira e as disciplinas de geometria, trigonometria e desenho linear a 2ª cadeira.

Com a Reforma Souza Bandeira de 31/03/1889, o programa passa a ser uniformizado e adaptado ao padrão do Imperial Colégio Pedro II. As cadeiras de Filosofia e de retórica são restabelecidas e as matemáticas são reduzidas a uma só cadeira.

O novo regulamento mantém o número de seis cadeiras, propondo apenas o desdobramento da cadeira de geografia e história.

O Curso de Humanidades do Liceu Cuiabano, através do Decreto de 1896, era ministrado em quatro anos, tendo as seguintes orientações para o ensino da matemática:

QUADRO 03

Linhas gerais para o Ensino de Matemática

1º ANO
Aritmética – estudo completo, menos a teoria das progressões e logaritmos.
2º ANO
Aritmética – revisão da aritmética; teoria das progressões e dos logaritmos.
3º ANO
Álgebra – estudo completo até equações do 2º grau.
Geometria – estudo completo da geometria elementar e da trigonometria retilínea.
4º ANO
Geometria – revisão das matérias estudadas no ano anterior, estudo completo de topografia geral e com especialidade do Brasil.

FONTE: Decreto nº. 68 de 20/06/1896 – Arquivo Público/Cuiabá/MT.

Com o Regulamento de 1912, o ensino no Liceu Cuiabano passa a ser regulado pelos programas organizados pela Congregação e aprovados pelo presidente do Estado.

Conforme previsto na Secção II, Artigo 8º e Alínea d, do referido regulamento, para o ensino da matemática no Liceu estão previstas as seguintes recomendações:

QUADRO 04

Linhas gerais para o Ensino de Matemática

1º ANNO
Estudo de Arithmetica – sistema decimal de numeração, as operações sobre inteiros e frações, suas transformações, dízimas periódicas, fazendo-se uso do cálculo mental.
2º ANNO
Proporções e suas aplicações, progressões e logarithmos e o estudo da álgebra que se estenderá às do 1º gráo.
3º ANNO
Completará o estudo de álgebra elementar e se iniciará o de geometria com o desenvolvimento relativo à igualdade, à semelhança, à equivalência, à rectificação da circunferência, a avaliação das áreas e dos volumes, tudo com aplicações práticas.
4º ANNO
Desenvolvimento da álgebra com o estudo do binômio de Newton, princípios geraes da composição das equações e sua resolução numérica pelos methods mais simples, e, portanto, mais práticos, o estudo da geometria que englobara o das secções cônicas com o traçado e principaes propriedades das curvas correspondentes, e o ensino da trigonometria rectilinea, sempre com o escrupuloso cuidado de tornar freqüentes as aplicações e a prática dos logarithmos.
5º ANNO
As aulas do 5º anno versarão sobre assumptos, e principalmente questões práticas correlativas, incluídos nos programas dos annos anteriores.

FONTE: Regulamento de 1912 – Decreto nº. 296 de 13/01/1912 – Arquivo Publico/Cuiabá/MT.

O regulamento de 1916, no seu Artigo 8º, prevê que “*o ensino do Lyceu será regulado por programas organizados pelos professores e aprovados pela Congregação, sob os moldes e em tudo iguaes aos do Collegio Pedro II e sujeitos às suas modificações*”.

Prevía também que o estudo de Lógica, Psicologia e História da Filosofia era obrigatório para alunos que pretendessem seguir o curso de Direito e facultativo aos demais.

O regulamento de 1926, também previa que o ensino deveria ser regulado por programas organizados pelos professores das respectivas cadeiras e aprovados pela Congregação, bem como que deveriam ser nos moldes dos do Colégio Pedro II.

O referido regulamento também orientava que na organização dos programas pelos professores, os mesmos deveriam ter sempre em vista as aplicações práticas da matéria ensinada.

- **MATRIZ CURRICULAR**

O currículo previsto no regulamento de 1880 constava de 06 cadeiras compostas de: *pedagogia e methodo, grammatica portugueza philosophia e litteratura nacional, mathematicas elementares, compreendendo arithimetica applicada, álgebra até equação do 2º grão e geometria plana, geographia e historia universal, latim, inglez, francez, philosophia racional e moral e rethorica.*

Essas seis cadeiras eram para atendimento aos dois cursos. No curso normal, para a preparação de professores, se ministrariam os conhecimentos das quatro primeiras cadeiras e no curso preparatório seriam lecionadas todas as disciplinas, excetuando-se pedagogia e método.

Com o Decreto de 1896, de 20 de junho de 1896, que dá novo regulamento para a Instrução Pública do Estado, o plano de estudos do Liceu Cuiabano passa a ter as seguintes disciplinas: Língua Portuguesa; Língua Francesa; Língua Inglesa; Língua Latina, Lógica, Literatura Nacional e Educação Moral e Cívica; Aritmética e Álgebra até operações do 2º grau; Geometria, Trigonometria e Topografia Geral e do Brasil; Geografia Geral e História Universal do Brasil; Física e Química. Disciplinas estas que constituía um curso de quatro anos, misto e denominado de Curso de Humanidades.

Os estudos destas matérias, exceto o latim, eram obrigatórios para todos os alunos e distribuídos por oito cadeiras regidas por igual número de professores:

QUADRO 05

Cadeiras e Professores

NUMERO DE PROFESSORES	CADEIRAS
01	Língua Portuguesa
01	Aritmética e Álgebra
01	Língua Francesa
01	Língua Inglesa
01	Latim, Lógica e Educação Moral e Cívica e Literatura Nacional.
01	Geografia, História Universal e particular do Brasil.
01	Geometria, Trigonometria e topografia Geral e especial do Brasil.
01	Física e Química

FONTE: Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso – Decreto nº. 68 de 20/06/1896 – Arquivo Público/Cuiabá/MT.

No regulamento de 1912, o seu curso foi previsto para ser ministrado em 05 (cinco) anos, em um regime de externato e o curso integral.

O seu currículo era composto das disciplinas: *Portuguez, Francez e Inglez com estudo pratico e litterario, Latim e sua litteratura, Mathematica Elementar, Phisica e Chimica, HistoriaNatural, Geographia Geral, Chorographia do Brazil e noções de Cosmographia, Historia Universal, especialmente da América e do Brazil e Desenho.*

Para ministrar estas disciplinas contava com os seguintes lentes.

QUADRO 06

Lentes e Professores

NUMERO DE LENTES	CADEIRAS
01	Portuguez
01	Francez
01	Inglez
01	Latim
02	Mathematica
01	Phisica e Chimica
01	Historia Natural
01	Geographia e Chorografia do Brazil e Cosmographia
01	Historia universal, especialmente da América e do Brazil
01	Desenho

FONTE: Regulamento de 1912 – Decreto nº. 296 de 13/01/1912 – Arquivo Publico/Cuiabá/MT

As disciplinas previstas foram distribuídas nos cinco anos do curso, conforme matriz curricular abaixo.

Figura 29: Matriz Curricular prevista no Regulamento de 1912.

	Anno do curso				
	1.	2.	3.	4.	5.
Portuguez	3	3	3	—	—
Francez	4	3	2	—	—
Arithmetica	4	—	—	—	—
Geographia	4	3	—	—	—
Desenho	3	3	2	—	—
Inglez	—	3	3	3	—
Mathematica	—	3	4	3	2
Chorographia	—	—	2	—	—
Latim	—	—	2	3	3
Hist. Univ.	—	—	—	4	4
Physica e Chimica	—	—	—	3	4
Hist. Natural	—	—	—	2	5
Horas por semana	18	18	18	18	18

Fonte: Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso. Corumbá, MS: 1914. DECRETO Nº 296 DE 13/01/1912.

No Regulamento de 1916, além das disciplinas previstas no regulamento anterior, foram contempladas as seguintes disciplinas: *Lógica, Psychologia e História da Philosophia por meio da exposição das doutrinas das principais escolas philosophicas e Gymnastica.*

Para ministrar o quadro de disciplinas previstas pelo regulamento, o Liceu Cuiabano contava com as seguintes lentes:

QUADRO 07
Lentes e Professores

NUMERO DE LENTES	CADEIRAS
01	Portuguez
01	Francez
01	Inglez
01	Latim
01	Allemao
02	Mathematica
01	Phisica e Chimica
01	Historia Natural
01	Geographia e Chorografia do Brazil e Cosmographia
01	Historia universal, especialmente da América e do Brazil
01	Lógica, Psychologia e Historia da Philosophia
01	Desenho
01	Gymnastica

FONTE: Regulamento de 1916 – Decretos nº. 417 de 11/01/1916 – Arquivo Público/Cuiabá/MT.

Este regulamento previa a distribuição das disciplinas pelos cinco anos de curso, conforme quadro abaixo:

QUADRO 08

Matriz Curricular, conforme Decreto nº.417 de 11/01/1916.

DISCIPLINAS	Nº. DE HORAS POR SEMANA				
	1º ANNO	2º ANNO	3º ANNO	4º ANNO	5º ANNO
Portuguez	3	3	3	-	-
Francez	3	3	3	-	-
Arithmetica	-	3	-	-	-
Geographia	3	-	-	-	-
Desenho	3	3	2	2	-
Inglez	-	-	3	3	3
Chorographia	-	3	-	-	-
Latim	3	3	3	-	-
Historia universal	-	-	-	3	-
Phisica e Chimica	-	-	-	3	3
Historia natural	-	-	-	-	5
Gymnastica	3	3	2	2	-
Allemão	-	-	3	3	3
Geometria plana e álgebra	-	-	3	-	-
Geometria no espaço e trig. Rectilinea	-	-	-	3	-
História do Brazil	-	-	-	-	3
Logica, Psyc. e Ist. da Philosophia	-	-	-	-	4
TOTAL	18	21	22	19	21

FONTE: Regulamento de 1916 – Decreto nº. 417 de 11/01/1916 – Arquivo Público/Cuiabá/MT.

O referido Regulamento previa também que um dos professores da disciplina de matemática se encarregasse dos 2º e 4º anos e o outro do 3º ano, reveesando-se anualmente.

O regulamento de 1926, através do Decreto nº. 735, de 11 de junho, reorganizava o ensino do Liceu Cuiabano nos moldes do Decreto Federal nº. 16 782 A, de 13 /01/1925.

Em seu Artigo 2º, previa o regime de externato e o curso integral com 06 (seis) anos de duração.

Ao aluno que era aprovado ao final do 6º ano era conferido o grau de Bacharel em Ciências e Letras.

Com este Regulamento o Liceu Cuiabano passaria a ter as seguintes disciplinas: *Português, Francês, Inglês ou Alemão, Latim, Litteratura Brasileira, Litteratura das Línguas Latinas, Instrução Moral e Cívica, Geografia Geral, Chorographia do Brasil, Cosmographia, Historia Universal, Historia do Brasil, Arithmetica, Álgebra, Geometria e Trigonometria, Phisica, Chimica, Historia Natural, Filosofia, Historia da Filosofia, Sociologia, Desenho, Italiano (facultativo) e Gymnastica.*

Estas disciplinas foram distribuídas nos seis anos de curso conforme a seguir:

QUADRO 09

Matriz Curricular, conforme Decreto nº. 735 de 11/06/1926.

DISCIPLINAS	Nº. DE HORAS POR SEMANA					
	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO
Português	3	3	3	3	2	-
Francês	3	3	3	-	-	-
Inglês	3	3	3	-	-	-
Alemão	-	3	3	-	-	-
Latim	-	3	3	3	3	-
Italiano	-	-	-	3	-	-
Literatura Brasileira	-	-	-	-	-	3
Literatura das Línguas Latinas	-	-	-	-	-	3

QUADRO 09

Matriz Curricular, conforme Decreto nº. 735 de 11/06/1926.

Arithmetica	3	3	-	-	-	-
Álgebra	-	-	3	-	-	-
Geometria e Trigonometria	-	-	-	3	-	-
Geographia	3	-	-	-	-	-
Chorographia do Brasil	-	3	-	-	-	-
Historia universal	-	3	3	-	-	-
História do Brasil	-	-	-	3	-	-
Instrução Moral e Cívica	3	-	-	-	-	-
Cosmographia	-	-	-	-	3	-
Phisica	-	-	-	6	3	-
Chimica	-	-	-	6	3	-
Historia natural	-	-	-	6	3	-
Philosophia	-	-	-	-	3	-
Historia da Philosophie	-	-	-	-	-	3
Sociologia	-	-	-	-	-	3
Desenho	3	3	3	3	3	-
Gymnastica	3	3	3	3	-	-
TOTAL	24	30	27	39	23	12

FONTE: Regulamento de 1926 – Decreto nº. 735 de 11/06/1926 – Arquivo Público/Cuiabá/MT.

A evolução do currículo do Liceu Cuiabano no decorrer do período analisado passou pela diversificação da matemática, abrangendo a aritmética, a álgebra, a geometria e a trigonometria. No currículo de 1880, a Matemática aparece como 01 cadeira, compreendendo Aritmética Aplicada, Álgebra e Geometria Plana. Já o regulamento de 1886, traz as cadeiras de Aritmética e Álgebra e a Geometria, Trigonometria e Topografia Geral e Especial do Brasil. O regulamento de 1912 traz a Matemática apenas como uma cadeira, sendo distribuída na matriz curricular em Aritmética e Matemática. O regulamento de 1916, também traz a cadeira de Matemática distribuída na matriz curricular como três disciplinas, sendo Aritmética, Geometria Plana e álgebra e Geometria no Espaço e Trigonometria Retilínea. Em

1926, o regulamento traz a Matemática dividida em Aritmética, Álgebra, Geometria e Trigonometria, distribuída nos seis anos de curso.

Assim, a matemática teve o seu lugar de destaque nos regulamentos do Liceu Cuiabano, refletindo de certa maneira o positivismo na realidade educacional de Mato Grosso.

• OS LIVROS DIDÁTICOS E O ENSINO DA MATEMÁTICA

Com a vinda da Família Real, em 1808, e da fundação da Imprensa Régia⁵, ocorreu o desenvolvimento da imprensa nacional, o que proporcionou a impressão de alguns livros didáticos no Brasil que eram de autores europeus. Algumas províncias acompanharam o modelo da corte e passaram à atividade editorial.

Em 1830, aproximadamente, surgem as primeiras obras didáticas nacionais, destinadas às Escolas e Liceus onde, de acordo com Valente (2007), “Serão compêndios escritos com vistas às escolas, preparatórios e, posteriormente, liceus e colégios”.

Na província de Mato Grosso, a imprensa somente foi implantada em meados do século XIX, não tendo registro da impressão de qualquer obra didática. Portanto os compêndios adotados nas escolas eram adquiridos no Rio de Janeiro e na Europa.

Nas últimas décadas do século XIX, começam a ser editados grande quantidade de obras didáticas das matemáticas, sendo autores os professores de matemática de Liceus e Colégios, tendo ainda também autores das Academias Militares.

Segundo Valente (2007), “essa dupla origem dos autores dos textos didáticos provavelmente explica o aparecimento de duas tendências diferentes na produção da matemática escolar nas décadas finais do século XIX no Brasil.”

Com a instalação do Liceu Cuiabano em 1880, os livros didáticos voltados para o ensino secundário começaram a circular na Capital, estes livros também eram adotados em outros Liceus.

Em setembro de 1880, o Conselho Literário aprova os compêndios a serem adotados para atender os dois cursos do Liceu Cuiabano e que iriam servir de base para o desenvolvimento das diversas disciplinas, sendo também aprovados pelo Presidente da Província.

5 Instituição responsável pela editoração, durante o período imperial, de obras de expressivo valor.

Estas obras viriam nortear o programa de ensino do Liceu que passa a partir de 1880, a contar com excelentes obras didáticas para o ensino secundário. Com estas obras, entra em Mato Grosso a cultura científica ao lado das disciplinas humanísticas (filosofia, retórica e latim).

QUADRO 11

Compêndios aprovados pela Congregação do Liceu Cuiabano para uso no Ensino Secundário Público nos cursos: Normal e Línguas e Ciências Preparatórias.

DISCIPLINAS	COMPENDIOS	AUTORES
Português	Gramática Portuguesa Exercícios de Análise, Lógica, Síntese e Gramatical.	Cyrillo Dilermando
Português Literatura Nacional	Epítome de Gramática Filosófica Curso de Literatura Nacional	Câmara Bitencourt Cônego J. C. Fernandes Pinheiro
Geografia	Geografia	Alfredo Moreira Pinto
História	Resumo de Historia Universal Lições de Historia do Brasil	Pedro Parley Joaquim Manoel de Macedo
Matemática Elementares Aritmética e Álgebra	Tratados de Matemática, Aritmética e Álgebra	Christiano Benedito Ottoni
Pedagogia		Daligant
Francês	Gramática e Exercícios Selecta francesa e Dicionário	Emile Sévenne J. I. Roquete
Inglês	Método de Ollendorf Dicionário	C. Coustadino João I. Valdez
Latim	Gramática	Padre Antônio Pereira de Figueiredo
Filosofia	Curso Elementar de Filosofia	Abbad Barbe
Retórica	Instruções Elementares de Retórica	Borges de Figueiredo

FONTE: Ata da congregação dos professores do liceu Cuiabano – Para aprovação dos compêndios do ensino secundário público. Arquivo Público/MT.

Como podemos observar no quadro anterior, no ano de 1880, a Congregação dos Professores do Liceu Cuiabano aprova para a disciplina de Matemáticas Elementares, Aritmética e Álgebra na referida escola o compêndio intitulado

“*Tratados de Matemática, Arithmetica e Álgebra*” do autor “Cristiano Benedito Ottoni”.

Segundo Valente (2007), “Cristiano Benedito Ottoni é exemplo singular de autor que transitou do ensino técnico-militar para os currículos de formação clássico-literária”. Por quase meio século foi um autor fundamental para a organização e estruturação da matemática escolar no Brasil.

A obra de Ottoni, de acordo com Silva (2000), “foi adotada no Colégio Pedro II a partir de 1855”, sendo que a partir de 1856 começou a ser recomendada para o ensino da matemática em outros estabelecimentos de instrução secundária, como é o caso do Liceu Cuiabano.

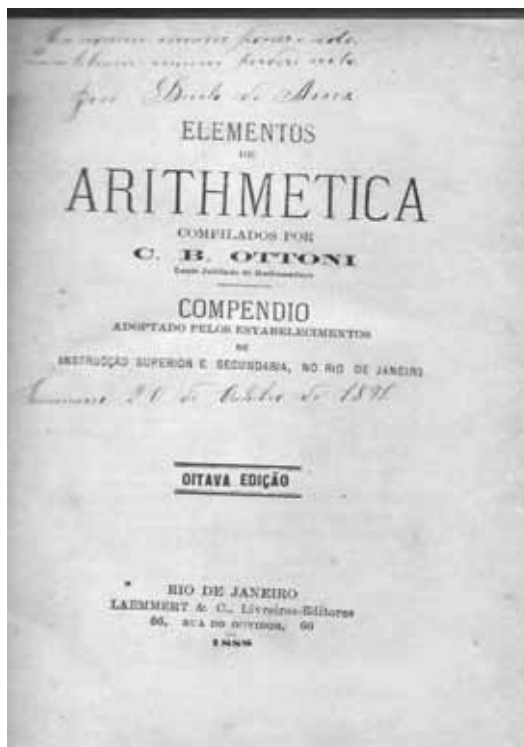
Ainda segundo Silva (2000), Ottoni (1811 – 1896) foi “um importante autor de livro-texto dessa época. Entre 1849 e 1854, o mesmo escreveu uma coleção de três livros dedicados à Matemática Elementar: *Elementos de Geometria*, *Elementos de Arithmetica* e *Elementos de Álgebra*”.

Figura 30: Cristiano Benedito Ottoni.



- OS ELEMENTOS DA ARITMÉTICA DE CRISTIANO BENEDITO OTTONI

Figura 31: Compêndio de “Elementos de Arithmetica”, Autor: Ottoni.



Fonte: Arquivo da SBHMat.

Este livro foi publicado em 1888, pela LAEMMERT & C., Livreiro-Editores, que ficava na Rua do Ouvidor, 66, Rio de Janeiro, sendo a oitava edição.

No início do livro, na parte intitulada “Prefácio”, o autor expõe que o destino original do uso do mesmo era da Academia de Marinha, mas foi adotado por outros estabelecimentos de instrução superiores e secundários e que, portanto, desde a 2ª edição, já teve a preocupação de modificá-lo e corrigi-lo de acordo com suas observações e experiências em 22 anos de magistério.

A obra de Ottoni foi organizada em introdução, primeira e segunda partes.

Na Introdução, o livro apresenta definições consideradas necessárias à compreensão da Aritmética. Por exemplo:

I) Define o que é grandeza, número, números inteiros, nomenclatura ou numeração falada, numeração escrita ou sistema de algarismos, frações e uma ideia geral das quatro operações.

Na primeira e segunda parte o livro foi dividido em oito capítulos que são apresentados nessa ordem:

PRIMEIRA PARTE

Capítulo I - Operações sobre os números inteiros;

Capítulo II - Frações;

Capítulo II – Complexos;

Capítulo IV – Decimais;

SEGUNDA PARTE

Capítulo V – Propriedades gerais dos números;

Capítulo VI – Potências e raízes;

Capítulo VII – Razões e proporções;

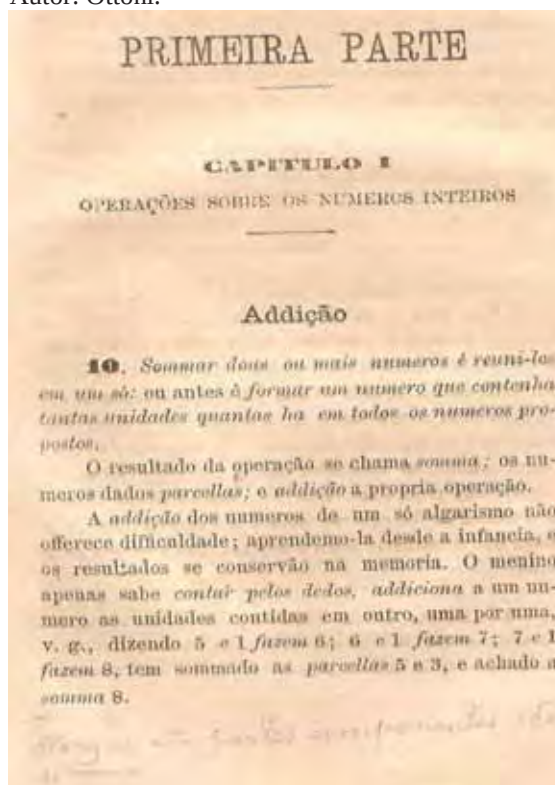
Capítulo VIII – Progressões e logaritmos.

No final do livro, o autor apresenta o sistema métrico adotado no Império do Brasil.

A apresentação dos conteúdos nas obras de Ottoni é feita detalhadamente. Por exemplo:

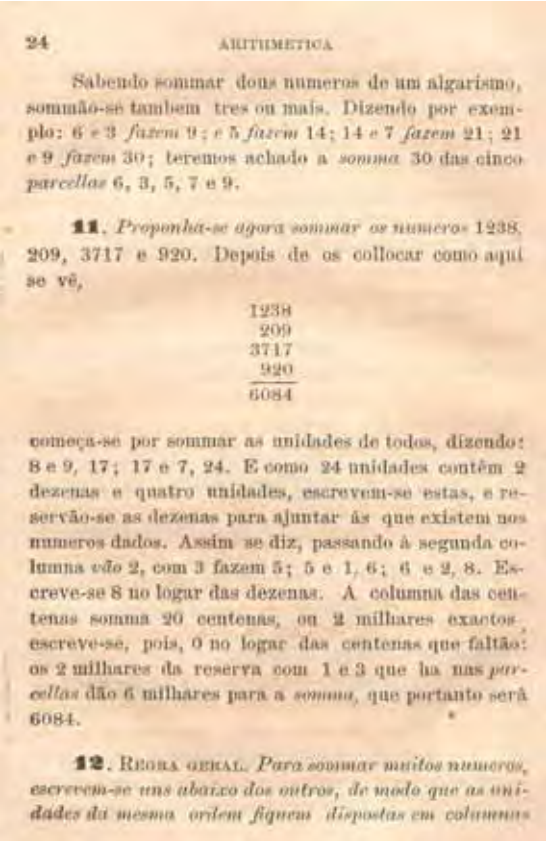
Ao apresentar a Adição, a sequência didática utilizada pelo autor incluiu o conceito do que é somar e suas propriedades, em seguida propõe a soma de quatro números, explicando que se deve iniciar a soma pelas unidades. A seguir traz a regra geral da adição.

Figura 32: Livro de Aritmética.
Autor: Ottoni.



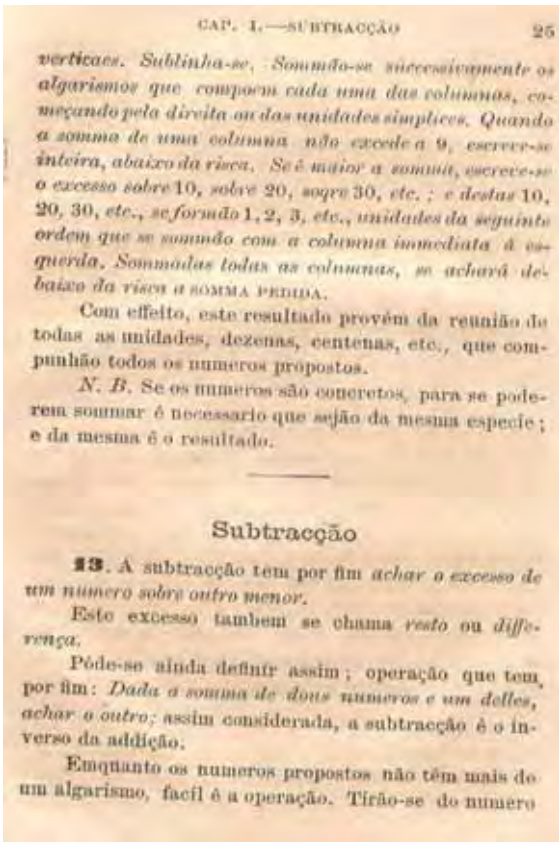
Fonte: Arquivo da SBHMat.

Figura 34: Livro de Aritmética.
Autor: Ottoni.



Fonte: Arquivo da SBHmat.

Figura 33: Livro Aritmética.
Autor: Ottoni.



Fonte: Arquivo da SBHmat.

- **OS ELEMENTOS DA GEOMETRIA E TRIGONOMETRIA RETINÍNEA DE CRISTIANO BENEDITO OTTONI**

Esta é a décima edição, foi publicado em 1904, pela Livraria Clássica de Francisco Alves & C., que ficava na Rua do Ouvidor, 134, Rio de Janeiro.

O livro de Elementos de Geometria traz a mesma organização didática. A obra foi organizada em introdução, livros primeiro, segundo, terceiro e quarto.

Na parte da introdução, intitulada “Noções Preliminares”, traz vários conceitos que são essenciais à aprendizagem da geometria. Exemplo: Conceito de espaço, superfície, ponto linha, plano, círculo, ângulo, etc.

Os livros primeiro, segundo, terceiro e quarto foram divididos em capítulos, os quais são apresentados nessa ordem:

LIVRO PRIMEIRO, “Das Figuras Planas”.

Capítulo Primeiro – Das Figuras Retilíneas;

Capítulo Segundo – Da Circunferência e suas combinações com a Linha reta;

LIVRO SEGUNDO, “Da Extensão em um Plano”.

Capítulo Primeiro – Da extensão nas Figuras Retilíneas;

Capítulo Segundo – Da Extensão nas Figuras Circulares;

LIVRO TERCEIRO, “Das Figuras consideradas no Espaço”.

Capítulo Primeiro – Dos Planos e dos Corpos terminados por Superfícies Planas;

Capítulo Segundo – Dos três Corpos Redondos – Cilindro, Cone e Esfera;

LIVRO QUARTO, “Da Extensão considerada no Espaço”.

Capítulo Primeiro – Semelhança dos Poliedros: Avaliação e Comparação de suas Áreas e Volumes;

Figura 35: Compêndio de “Elementos de Geometria”. Autor: Ottoni.



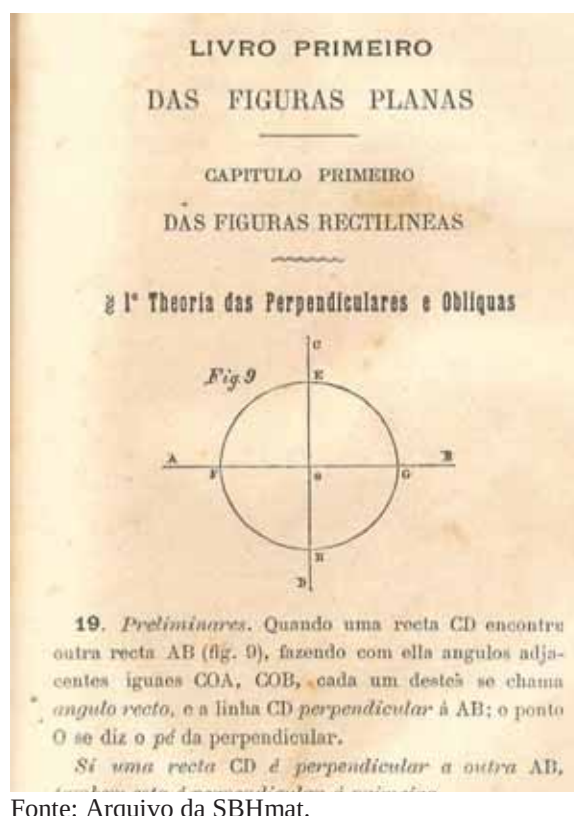
Fonte: Arquivo da SBHmat.

Capítulo Segundo – Áreas e Volumes dos Corpos redondos;

E por último traz a TRIGONOMETRIA RETILINEA, onde trabalha as fórmulas trigonométricas, com a construção da taboa trigonométrica e resolução dos triângulos retângulos e oblíquos.

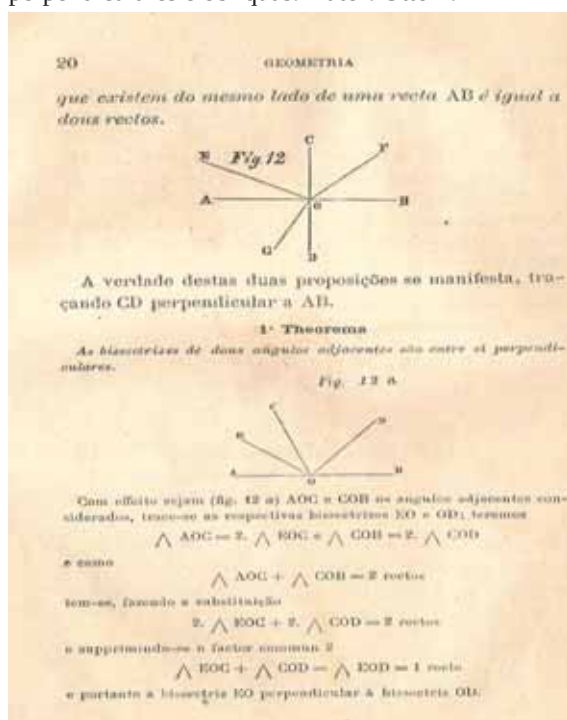
A apresentação dos conteúdos nas obras de Ottoni é feita detalhadamente. Por exemplo: Ao apresentar as figuras retilíneas, a sequência didática utilizada pelo autor incluiu apresentar a teoria das perpendiculares e oblíquas e seus teoremas; a teoria das paralelas e seus teoremas; as propriedades dos triângulos: teoria da sua igualdade e seus teoremas; os quadriláteros e suas variedades e seus teoremas e os polígonos e seus teoremas. O autor traz a definição ao apresentar cada tema bem como apresenta alguns exemplos de problemas resolvidos.

Figura 36: Apresentação da teoria das perpendiculares e oblíquas. Autor: Ottoni.



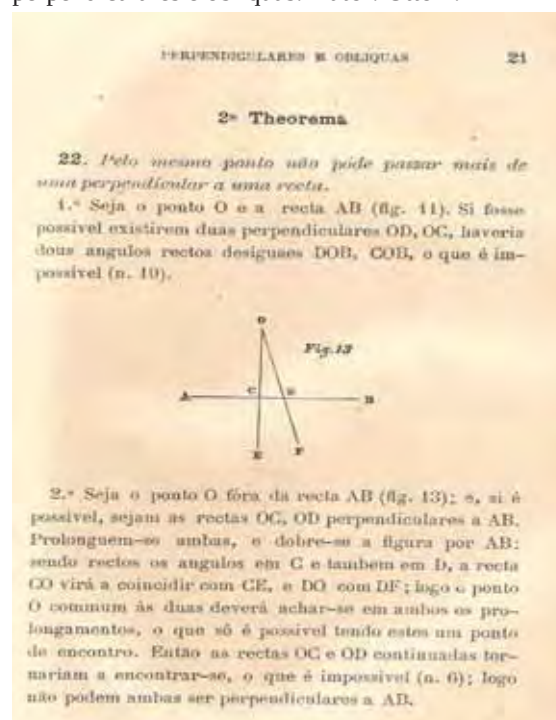
Fonte: Arquivo da SBHmat.

Figura 38: Apresentação da teoria das perpendiculares e oblíquas. Autor: Ottoni.



Fonte: Arquivo SBHmat.

Figura 37: Apresentação da teoria das perpendiculares e oblíquas. Autor: Ottoni.



Fonte: Arquivo SBHmat.

Outra obra selecionada para as aulas de Matemáticas Elementares foi “Compêndios de Aritmética e Álgebra” do autor “Serrasqueiro”.

Serrasqueiro, professor e publicista, nascido em Castelo Branco, a 22-12-1835, Bacharel formado em Medicina e Filosofia pela Universidade de Coimbra, fez o curso com distinção e obteve vários prêmios. Dedicou-se depois ao ensino particular. Foi sócio efetivo do Instituto de Coimbra e professor de Matemática no Liceu Central da mesma cidade. Suas obras foram publicadas a partir de 1869 e recebem forte influência de Bertrand e, tal como ele, inclui a inovação pedagógica como a colocação de um conjunto de exercícios para os alunos no final das diversas seções.

- **TRATADO ELEMENTAR DE ARITMÉTICA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO**

Figura 39: Tratado Elementar de Arithmetica.
Autor: Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Tratado Elementar de Aritmética teve várias edições, sendo a primeira edição de 1869. Em 1930, estava na vigésima terceira edição e foi publicada em Coimbra pela Livraria Central de J. Diogo – Sucessoras.

A apresentação dos conteúdos:

No Livro Primeiro – Cálculo dos Números Inteiros, nas noções preliminares, o livro apresenta definições consideradas importantes à compreensão de conceitos básicos da aritmética. Por exemplo:

Figura 40: Tratado Elemental de Aritmética.
Autor: Serrasqueiro.



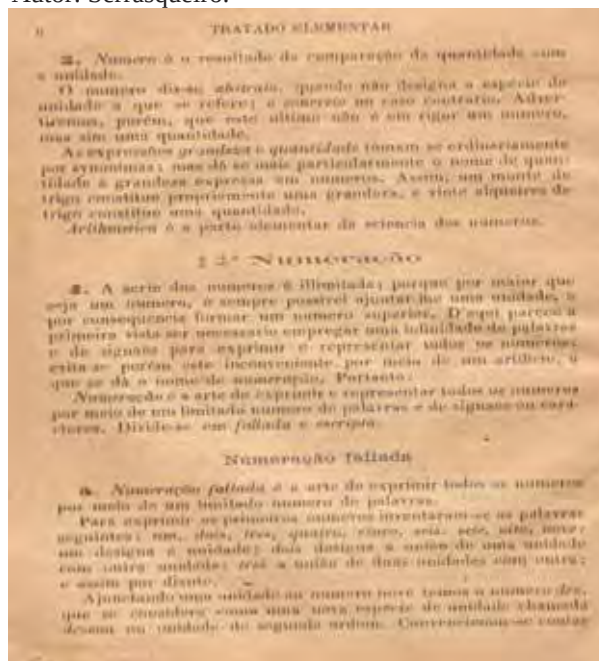
Fonte: Arquivo Pessoal.

I) Define o que é Quantidade ou grandeza;

Quantidade ou grandeza é tudo o que é capaz de aumento ou diminuição.

A quantidade divide-se em *continua* e *discreta*. Diz-se *continua*, quando consta de partes ligadas entre si. Exemplo: uma pedra. Diz-se *discreta*, quando consta de partes separadas uma das outras. Exemplo: um monte de pedras.

Figura 41: Tratado Elementar de Aritmética.
Autor: Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

III) Define Número

Número é o resultado da comparação da quantidade com a unidade.

O número diz-se *abstrato*, quando não designa a espécie de unidade a que se refere: e *concreto* no caso contrário.

Ao definir o conceito de concreto o autor traz uma diferenciação de grandeza e quantidade. “As expressões *grandeza* e *quantidade* tomam-se ordinariamente por synonymas: mas dá se mais particularmente o nome de quantidade à grandeza expressa em números. Assim, um monte de trigo constitui propriamente uma grandeza e vinte alqueires de trigo constitui uma quantidade”.

Termina dizendo que a “*Arithmetica* é a parte elementar da sciencia dos números”.

Esta obra foi dividida em seis livros e cada livro com seus respectivos capítulos que são apresentados nessa ordem:

LIVRO PRIMEIRO – Cálculo dos Números Inteiros

- Capítulo I – Noções preliminares (Definições, Numeração, Noções gerais sobre a origem das frações ordinárias, decimais e complexos, Noções gerais sobre as operações da aritmética e Exercícios).

- Capítulo II – Operações sobre os Números Inteiros (Soma Subtração, Exercícios, Multiplicação, Exercícios, Divisão, Exercícios, Potências e raízes, Raiz quadrada, Raiz cúbica, Provas das operações aritméticas, Noções gerais sobre os diferentes sistemas de numeração, Exercícios).

LIVRO SEGUNDO – Propriedade dos números

- Capítulo I – Teoria da Divisibilidade (Definições e teoremas gerais, Caracteres de divisibilidade por 2, 3, 4, 5,..., 11, Provas por um divisor, Exercícios).
- Capítulo II – Teoria do maior divisor comum e do menor múltiplo comum (Maior divisor comum de dois ou mais números, Menor múltiplo comum de dois ou mais números, Exercícios).
- Capítulo III – Teoria dos Números Primos (Teoria sobre os números primos, Decomposição dos números em fatores primos, Aplicações na decomposição dos números em fatores primos, Exercícios).

LIVRO TERCEIRO – Quebrados Ordinários, Decimais e Complexos.

- Capítulo I – Quebrados ordinários (Propriedades gerais, Operações sobre os quebrados ordinários, Exercícios).
- Capítulo II – Frações Decimais (Propriedades gerais, Operações sobre as frações decimais, Conversão dos quebrados decimais, e reciprocamente, Caracteres por meio dos quais se reconhece que espécie de dízima produz um quebrado, Exercícios).
- Capítulo III – Sistemas de Medidas. Números Complexos (Sistemas de medidas, Números complexos e incomplexos, Operações sobre complexos, Exercícios).

LIVRO QUARTO – Números Incomensuráveis.

- Capítulo I – Extração de Raízes com uma aproximação dada. Operações sobre Radicais (Definições e princípios gerais sobre os números incomensuráveis, Extração de raízes com uma aproximação dada, Operações sobre radicais).
- Capítulo II – Operações abreviadas. Erros Absolutos e Relativos. Operações sobre Números Aproximados (Operações sobre radicais, Erros absolutos e relativos, Operações sobre os números aproximados, Exercícios).

LIVROS QUINTO – Razões. Proporções. Progressões. Logaritmos.

- Capítulo I – Razões e Proporções (Definições e princípios gerais, Proporções aritméticas, Proporções geométricas, Exercícios).
- Capítulo II – Progressões (Definições, Progressões aritméticas, Progressões geométricas, Exercícios).

- Capítulo III – Logaritmos (Propriedades gerais dos logaritmos, Logaritmos vulgares ou de Briggs, Taboas de logaritmos, Logaritmos, Exercícios).

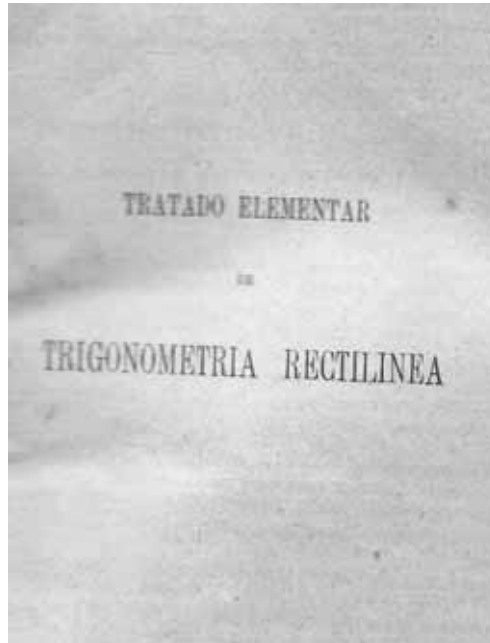
LIVRO SEXTO – Aplicações de Aritmética.

- Capítulo I – Grandezas Proporcionais. Regra de três (Grandezas proporcionais e inversamente proporcionais, Regra de três, Exercícios).
- Capítulo II – Juro. Regra de compra e venda de fundos públicos, ações de bancos e companhias (Juros simples, Juros compostos, Regra de compra e venda de fundos públicos, ações de bancos e companhias, Exercícios).
- Capítulo III – Desconto. Regra de prazo médio ou comum de pagamento (Descontos, Regra de prazo médio ou comum de pagamento, Exercícios).
- Capítulo IV – Regra de divisões proporcionais. Regra de companhia (Regra de divisões proporcionais, Regra de companhia, Exercícios).

Em todo o livro, o autor valoriza as definições e as regras que permitem desenvolver os diversos temas. Isso porque o ensino consiste primeiro, em definir o objeto que está sendo estudado; segundo, em mostrar uma regra que permite a compreensão da definição, ou seja, como fazer; terceiro, dar um exemplo para ajudar no entendimento da definição e da regra; quarto, demonstrar a regra, justificando as passagens feitas no desenvolvimento do exemplo. A aprendizagem dos conteúdos se dá por meio do estudo dos exemplos apresentados e, ao final, na resolução dos exercícios propostos.

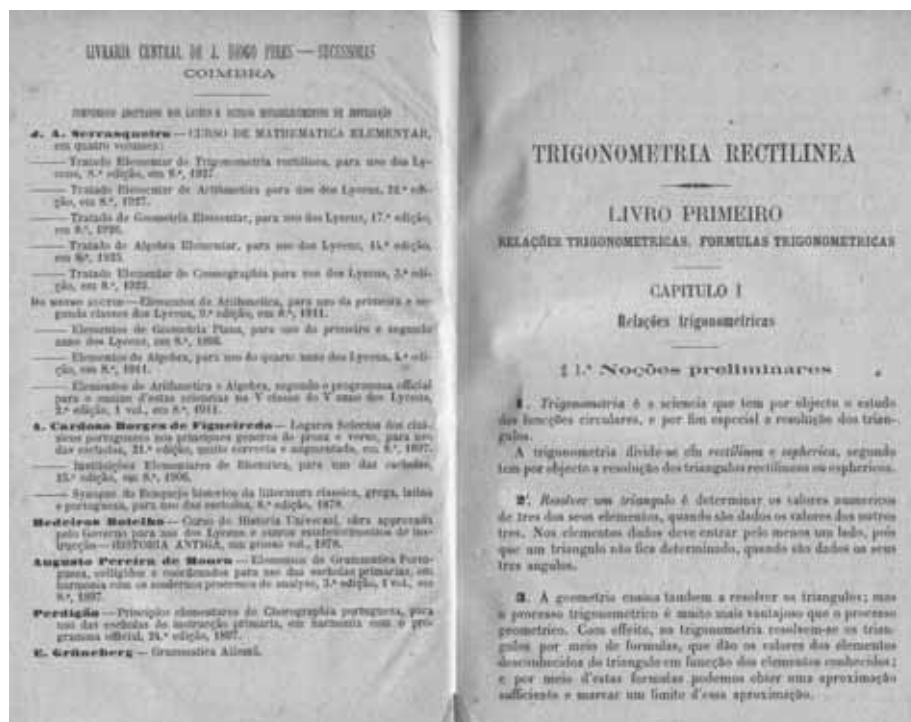
• **TRATADO ELEMENTAR DE TRIGONOMETRIA RETILÍNEA DE JOSÉ ADELINO SERRASQUEIRO**

Figura 43: Trigonometria Retilínea.
Autor: Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 44: Trigonometria Retilínea.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea teve várias edições, sendo a primeira edição de 1877, foi publicada em Coimbra, pela Livraria J. D. Pires, Imprensa da Universidade. O que temos em mãos não nos foi possível saber qual é a edição.

O texto foi elaborado conforme os programas dos Liceus e inicia com noções preliminares, onde são apresentados os conhecimentos básicos para o estudo da trigonometria.

A apresentação dos conteúdos:

Ao apresentar os conteúdos, o autor divide a obra em três livros e estes em capítulos.

Livro Primeiro: Relações trigonométricas, Fórmulas Trigonométricas;

Livro Segundo: Taboas Trigonométricas;

Livro Terceiro: Resolução dos Triângulos, Teoremas Fundamentais.

No livro Primeiro, Capítulo I, Serrasqueiro trata das relações trigonométricas. Inicia o texto com noções preliminares, onde apresenta o conceito de trigonometria:

“Trigonometria é a sciencia que tem por objecto o estudo das funções circulares, e por fim especial a resolução dos triângulos.” “A trigonometria divide-se em rectilinea e espherica, segundo tem por objecto a resolução de triângulos rectilineos ou esphericos.”

O autor traz exemplos inseridos na apresentação de cada conteúdo, além de listas de exercícios, ao final dos livros.

No livro segundo, onde é apresentado Taboas Trigonométricas, o autor expõe sua ideia sobre a construção, disposição e uso das taboas.

Primeiramente, diz que: Para podermos substituir os ângulos ou os arcos pelas suas relações trigonométricas, são precisas umas taboas, pelas quais, sendo dado um arco, se possam determinar as suas relações trigonométricas; e reciprocamente,

Figura 45: Livro Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea. Autor: Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

sendo dada uma relação trigonométrica, se possa calcular o valor do arco. É suficiente que estas taboas se estendam somente até 45° , porque as relações trigonométricas de um arco qualquer podem sempre reduzir-se às de um arco menor que 45° . Depois que, a construção das taboas trigonométricas depende da determinação do seno de um pequeno arco, tomado por base.

Como podemos observar, na próxima figura, o autor inicia a construção da taboia trigonométrica com a determinação dos senos e co-senos, e sendo determinadas as fórmulas que ligam as relações trigonométricas de um arco dão as tangentes, cotangentes, secantes e cosecantes, expressas em senos e co-senos.

Figura 46: Livro Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea.
Autor: Serrasqueiro.



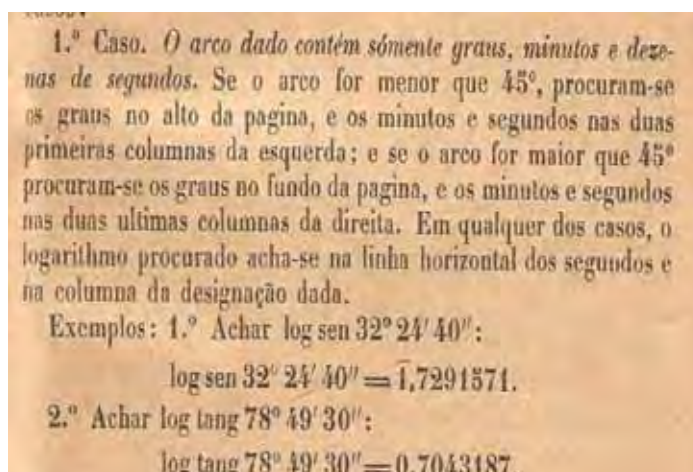
Fonte: Arquivo Pessoal.

O autor, no parágrafo terceiro traz alguns problemas para o uso das taboas.

Problema Primeiro:

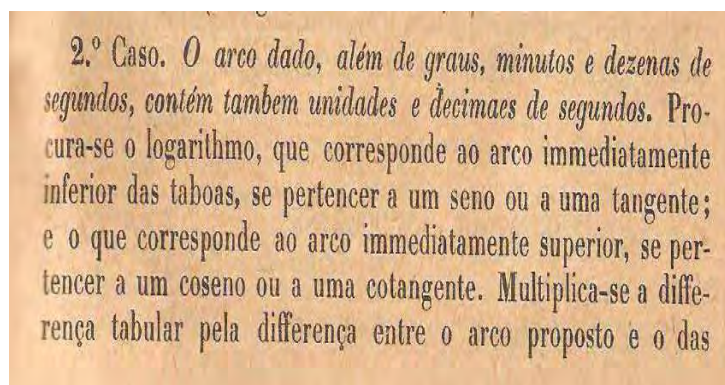
“Dado um arco, achar o logarithmo do seno, coseno, tangente ou cotangente”. Temos de considerar dois casos:

Figura 47: Livro Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea.
Autor: Serrasqueiro.



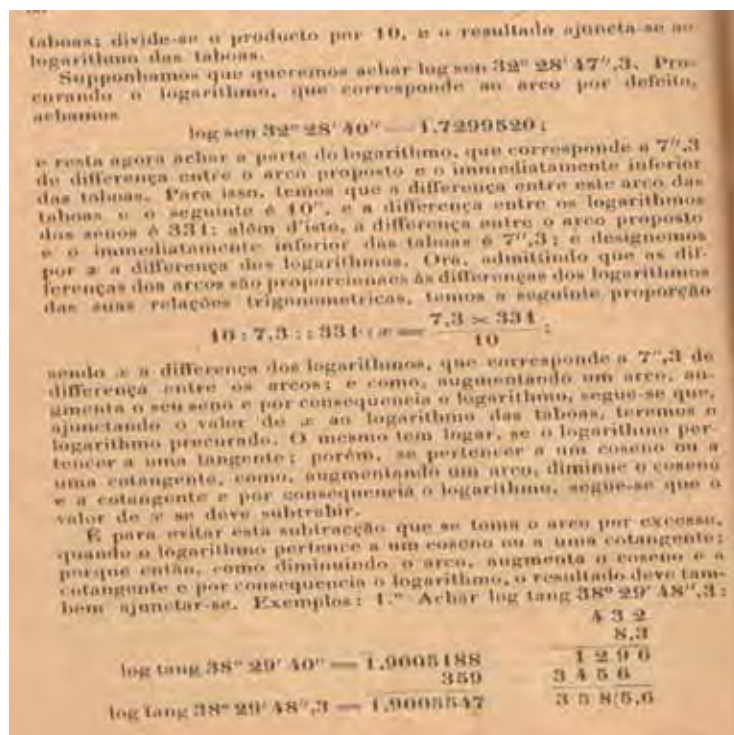
Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 48: Livro Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea
Autor: Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 49: Livro Tratado Elementar de Trigonometria Retilínea.
Autor: Serrasqueiro.

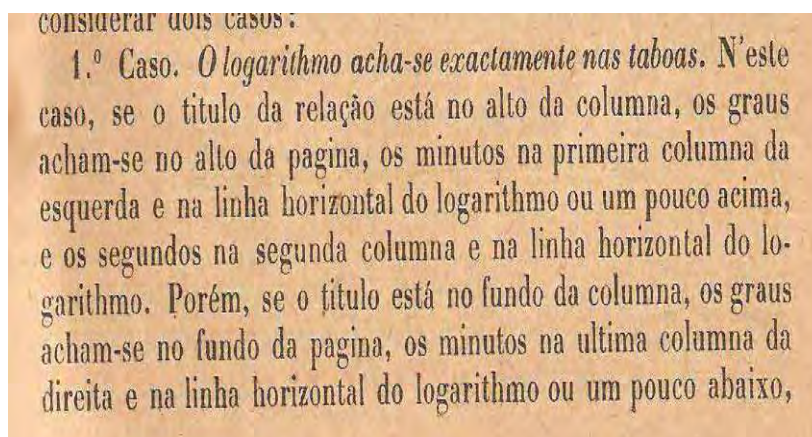


Fonte: Arquivo Pessoal.

Problema Segundo:

“*Dado o logarithmo de um seno, coseno, tangente ou cotangente, achar o arco correspondente.*” Procura-se o logaritmo nas colunas que tem por título a relação trigonométrica a que pertence o logaritmo dado, e temos de considerar dois casos:

Figura 50: Livro de Trigonometria Retilínea de Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Figura 51: Livro de Trigonometria Retilínea de Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Como podemos observar nas figuras acima, Serrasqueiro, para cada problema proposto apresenta vários exemplos para a aplicação dos conceitos trabalhados. E, ao final da unidade traz uma lista de exercícios a serem resolvidos pelos alunos.

O Livro Terceiro, denominado resolução dos Triângulos. Teoremas Fundamentais está dividido em dois capítulos onde são apresentados: teoremas relativos aos triângulos retângulos; teoremas relativos aos triângulos oblíquos; resolução dos triângulos retângulos; resolução dos triângulos oblíquos e avaliação da área dos triângulos.

Figura 52: Livro de Trigonometria Retilínea de Serrasqueiro.



Fonte: Arquivo Pessoal.

Por último, o autor apresenta Noções de Geometria Analítica Relativas à Linha Reta e ao Círculo.

Ao abordar este tema traz a seguinte organização didática:

- 1 - Definições e princípios gerais;
- 2 – Equação da linha reta;
- 3 – Problemas relativos à linha reta;
- 4 – Equação do círculo;
- 5 – Tangente ao círculo.

Em todo o livro, Serrasqueiro valoriza as definições e as regras que permitem desenvolver os diversos temas. Isso porque o ensino consiste primeiro, em definir o objeto que está sendo estudado; segundo, em mostrar uma regra que permite a compreensão da definição, ou seja, como fazer; terceiro, dar um exemplo para ajudar no entendimento da definição e da regra, quarto, demonstrar a regra, justificando as passagens feitas no desenvolvimento do exemplo e por último a lista de exercícios.

As obras selecionadas pela Congregação dos Professores do Liceu Cuiabano foram consideradas como as melhores obras do século XIX.

Estas obras permaneceram no programa de ensino do Liceu durante todo o Império.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou constituir uma história sobre como se desenvolveu o ensino da matemática na primeira Instituição de Ensino Público Secundário do Estado de Mato Grosso, a Escola Liceu Cuiabano no período de 1880, ano de sua implantação a 1926.

Ao construir esta história, procuramos, com a documentação encontrada, conhecer um passado em que pessoas fizeram conquistas que permitiram avanços na educação em Mato Grosso e principalmente no ensino de matemática na Escola Liceu Cuiabano.

As primeiras conquistas surgiram devido a Reforma Pombalina no século XVIII, quando criou em Portugal e nas colônias, o Subsídio Literário, um imposto destinado à educação que permitiu a abertura das primeiras escolas em Mato Grosso.

Verificou-se que a partir de 1822, com base nas novas políticas de um país independente, surge a necessidade de se preparar intelectuais para atuarem e servir ao novo Estado. Criaram-se assim, as instituições de ensino superior no país e consequentemente os cursos preparatórios, cujo objetivo era o de habilitar os jovens estudantes que desejavam matricular-se nos cursos superiores, tanto para os cursos Jurídicos como para os cursos de Medicina e Engenharia.

Pode-se perceber, dessa maneira, que o ensino secundário do século XIX, foi planejado para atender os jovens das classes mais favorecidas da sociedade. E assim nasce o Colégio Pedro II e os Liceus provinciais que eram frequentados pelos candidatos que objetivavam vencer as barreiras dos exames preparatórios, atingindo as carreiras liberais.

Vimos que os primeiros passos da educação em Mato Grosso aconteceram lentamente, até o início da segunda metade do século XIX, o ensino secundário era fragmentado, perdurando as aulas avulsas, que estavam localizadas na capital da província e nos distritos mais populosos como, Diamantino e Vila de Poconé.

Historicamente, a proposta de se criar um espaço para agregar as aulas públicas em um único estabelecimento surgiu em 1836, através do Projeto de Lei nº. 02 de 22/12/1836, e que por mais de quarenta anos não passou do aspecto eminentemente legal. Sendo que somente em 1879, surge o primeiro estabelecimento de instrução pública que veio reunir as aulas públicas secundárias.

No Governo do Barão de Maracajú, criou-se o Liceu Cuiabano, marcando um novo período. Os documentos existentes mostram o quanto foi importante esta instituição.

Com a sua abertura, passou a existir na Cidade de Cuiabá, um local onde os jovens interessados em se habilitar para o magistério público primário e a se prepararem para ingressar nos cursos superiores, pudessem frequentar um dos dois cursos existentes.

O projeto educacional de Mato Grosso, atendendo aos objetivos propostos, organizou o currículo do curso de humanidades ofertado pelo Liceu Cuiabano, em razão dos dois cursos, o Curso Normal e o de Línguas e Ciências Preparatórias. A proposta curricular rompia com o caráter humanista, predominante nas aulas avulsas, promovendo uma educação científica, onde incluía de um lado as disciplinas humanísticas literárias e de outro as ciências físicas e naturais.

A criação do Liceu Cuiabano em 1879 e sua implantação em 1880 retratam, sem dúvida, a conquista de um grupo que teve no Governo do Barão de Maracajú, uma oportunidade de conseguir a implantação de uma escola que mesmo voltada para a formação da elite mato-grossense, viria a ser responsável para a formação de um novo cidadão.

Diante dessa realidade, o ensino de matemática desenvolvido no Liceu Cuiabano no final do século XIX e início do século XX, como nos demais Liceus, em função dos exames preparatórios, vai sendo misturado à cultura clássico-literária predominante, deixando de representar um saber técnico, próprio das Academias Militares e passa a fazer parte da cultura escolar geral de formação dos candidatos ao ensino superior.

Podemos dizer que o currículo do liceu Cuiabano constava disciplinas clássico-humanistas e as matemáticas apareciam em quase todas as séries do curso. A matemática era dividida em Aritmética e Geometria e mais tarde também em Álgebra e a Trigonometria. Essas matérias ajudaram a construir a história do Liceu.

O ensino de matemática é entendido não somente como instrumento para a compreensão de outras ciências, mas também como uma metodologia que desenvolveria um pensamento baseado nos princípios da lógica e da racionalidade.

O quadro de professores do Liceu Cuiabano, inicialmente, foi formado por intelectuais que atuavam nas carreiras Militar, de Engenharia e de Direito.

Concluimos que nos primeiros anos de seu funcionamento, bem poucos jovens mato-grossenses que frequentavam o curso preparatório do Liceu Cuiabano, deram prosseguimento aos estudos seguindo para os cursos superiores. Os que não conseguiram, vieram a ocupar cargos públicos da administração provincial.

Apresentamos nesta pesquisa os livros adotados pelo Liceu Cuiabano de dois autores, iniciamos com as obras de Cristiano Benedito Ottoni, *Elementos de Aritmética* datado de 1888 e em seguida os *Elementos de Geometria e Trigonometria Retilínea* de 1904.

O segundo autor apresentado foi José Adelino Serrasqueiro com as obras *Tratado Elementar de Aritmética*, datado de 1930, e o *Tratado Elementar de trigonometria Retilínea*.

Nestes livros, os autores apresentam primeiramente a parte teórica, constituída de definições, regras, teoremas e exemplos resolvidos e no final uma seleção de exercícios a serem resolvidos.

No Liceu, devido ao tempo de duração das aulas de Aritmética, Geometria e Álgebra que geralmente duravam uma hora, podemos supor a partir dos exames realizados, que uma das práticas do professor poderia ser primeiro dar explicações sobre o conteúdo e depois cobrar dos alunos a leitura, a prática dos exercícios, as demonstrações e uma dissertação sobre o mesmo, uma vez que, para os interessados nos exames finais e gerais, era importante saber reproduzir bem os conteúdos, já que nos exames era cobrada do aluno uma dissertação sobre o ponto sorteado.

Concluimos dizendo que esta pesquisa foi relevante, pois contribui para o resgate da História da Educação em Mato Grosso em um período que foi fundamental na historiografia da Educação Brasileira e em especial da Educação Matemática no Brasil.

Além disso, outro aspecto que devemos ressaltar é a importância desta Instituição de Ensino na formação dos jovens mato-grossenses que sempre buscaram atingir mais uma etapa da carreira acadêmica no decorrer dos 131 anos de existência da Escola.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

- AYALA, S. Cardoso, F. Simon. **Álbum Graphico do Estado de Mato Grosso**. Corumbá, MS: 1914.
- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)**. Tradução Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ALVES, Gilberto Luiz. **Educação e História em Mato Grosso: 1719-1864**. Campo Grande, MS: Editora UFMS, 1996.
- ----- **Nacional e Regional na História Educacional Brasileira: uma análise sob a ótica dos Estados Mato-grossenses**. Educação no Brasil: história e historiografia/ Sociedade Brasileira de História da Educação, (Org.) – Campinas, SP: Autores associados: São Paulo: SBHE, 2001.
- AZEVEDO, Fernando. **A Cultura Brasileira**. 2ª ed. Brasília: UNB, 1963.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. **História de Mato Grosso**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969.
- D'AMBROSIO, Ubiratan. **Uma História Concisa da Matemática no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- HAIDAR, Maria de Lourdes. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade do Estado de São Paulo, 2008.
- LÜDKE, Menga. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARCÍLIO, Humberto. **História do Ensino em Mato Grosso**. Cuiabá: SECS-MT, 1963.
- MENDONÇA, Estevão de. **Datas Mato-grossenses**. Cuiabá: Governo Estadual, 1919.

- NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- RODRIGUES, Maria Benício. **Estado – Educação Escolar – Povo: a reforma mato-grossense de 1910**. Cuiabá: EdUFMT, 2009.
- SÁ, Nicanor Palhares, SIQUEIRA, Elizabeth Madureira e REIS, Rosinete Maria dos (org.) **Instantes e Memórias na História da Educação**. Brasília-DF/Cuiabá-Mt: 2006.
- SILVA, Circe Mary Silva da. **O Livro Didático de Matemática no Século XIX**. FOSSA, John A. Org. Facetas do Diamante. Ensaio sobre Educação Matemática e História da Matemática. Editora da Sbhmat, Rio Claro, 2000.
- SILVA, Clóvis Pereira da. **A Matemática no Brasil: história de seu desenvolvimento**. 3ª ed.rev. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.
- SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais**. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 1990.
- _____. **Luzes e Sombras: Modernidade e Educação Pública em Mato Grosso (1870-1889)**. Cuiabá: INEP/COMPED/EdUFMT, 2000.
- STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil, vol. II: século XIX e vol. III: século XX**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.
- VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma História da Matemática Escolar no Brasil, 1730 – 1930**. 2ª edição – São Paulo: Annablume: FAPESP, 2007.
- VECHIA, Ariclê e CAVAZOTTI, Maria Auxiliadora (org.). **A Escola Secundária: modelos e planos (Brasil, séculos XIX e XX)**. São Paulo: Annablume, 2003.
- ZANELLI, Maria Inês. **A criação do Liceu Cuiabano e a Formação dos Intelectuais no Curso de Línguas e Ciências Preparatórias**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2002.

FONTES UTILIZADAS

Fontes Escritas: Arquivo Público de Mato Grosso.

DECRETOS

- Decreto nº. 68 de 20/06/1896 – Dá novo Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso.
- Decreto nº. 296 de 13/01/1912 – Regulamento para o Lyceu Cuyabano – Cuyabá. Typographia Official.
- Decreto nº. 417 de 11/01/1916 – Regulamento do Lyceu Cuyabano – equiparado ao Collegio Pedro II. Cuiabá. Typographia Official.
- Decreto nº. 735 de 11/06/1926 – Regulamento do Lyceu Cuyabano – Cuiabá. Typographia Official.

REGULAMENTOS

- Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Mato Grosso – aprovado pela Lei Provincial nº. 15 de 04/07/1873
- Regulamento Interno Provisório do Curso Normal de Mato Grosso – aprovado pela Lei Provincial de 09/07/1874
- Regulamento Interno do Curso Normal da Província de Mato Grosso de 03/06/1875.

- Regulamento das Escolas Primárias e Secundárias de Mato Grosso – 1878

RELATÓRIOS

- Relatório apresentado ao presidente da província de Mato Grosso, General Barão de Maracajú pelo Diretor da Instrução Pública Dr. Dormevil José dos Santos Malhado - 1880.
- Relatório da Instrução Pública da Província de Mato Grosso – 1889
- Relatório Apresentado ao Presidente da Província de Mato Grosso, Dr. Manoel José Murtinho – sobre a Instrução Primária e Secundária – 1892.
- Relatório Apresentado ao Governo do Estado pelo Diretor Geral da Instrução Publica da Província de Mato Grosso – 1895
- Relatório da Instrução Pública da Província de Mato Grosso – apresentado ao Exmo. Dr. Antonio Corrêa da Costa, Presidente do Estado de Mato Grosso pelo Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Joaquim Pereira Ferreira Mendes – 1896.
- Relatório da Instrução Pública da Província de Mato Grosso – 1898
- Relatório da Instrução Pública da Província de Mato Grosso – 1899
- Relatório da Instrução Pública do Estado de Mato Grosso – Apresentado ao Governador pela Diretoria da Instrução Pública – 1902.

BIOGRAFIAS

Cristiano Benedito Ottoni (1811 – 1896)

Nasceu em Serro/MG, no dia 30 de maio de 1811 e faleceu no Rio de Janeiro em 18 de maio de 1896. Foi capitão-tenente da Marinha, engenheiro, professor de Matemática, diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, senador do Império e, depois da Proclamação da República, foi investido do mandato de senador de República. É considerado *o pai das estradas de ferro no Brasil* por ter sido o primeiro diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II e o homem que fez os trilhos subirem a serra do Mar em direção a Minas Gerais e a São Paulo, entre 1855 e 1865. Foi professor na Escola de Engenharia da Marinha, mais tarde Escola Central de Engenharia e, a seguir, Escola Politécnica de Engenharia do Rio de Janeiro. Publicou os livros *Elementos de Aritmética*, *Elementos de Álgebra*, *Elementos de Geometria* e *Elementos de Trigonometria* que foram utilizados no ensino público e privado em todo o país. Publicou também *Máquinas a Vapor*, uma biografia de D. Pedro II, uma *História da escravidão no Brasil* e *A estrada de ferro no Brasil*. Em 1835 foi eleito deputado geral pela então província de Minas Gerais, sendo reeleito por diversas vezes. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano em 1870, sendo eleito senador pela província do Espírito Santo (1879) e, após a Proclamação da República, senador por Minas Gerais. Sendo um grande polemista por várias décadas, de 1845 até à sua morte, apesar de ser ferrenho inimigo político do Imperador, era tido por ele como um grande engenheiro e administrador.

Pascoal Moreira Cabral - (1654 - 1730)

Nasceu no dia 02 de Junho 1654 em Sorocaba/SP e faleceu a 10 de Setembro de 1724, em Cuiabá/MT. Foi um bandeirante do século XVIII que, na busca de índios pela região mais central da América do Sul, acabou por encontrar ouro na região onde hoje é a cidade de Cuiabá. Tinha mais de 60 anos ao descobrir o ouro no que seria Mato Grosso. Em 1692, casou-se com Isabel de Siqueira Cortes, filha de Manuel de Siqueira Cortes.

Júlio Müller (1895 - 1977)

Figura 53: Júlio S. Muller e esposa.



Júlio Strubing Müller, nasceu em Cuiabá a 06 de janeiro de 1895 e faleceu em Cuiabá a 04 de março de 1977. Educador, Comerciante, Industrial e Político. Na área da Educação, foi Professor do Grupo Escolar de Poconé, Professor de Alemão do Liceu Cuiabano, Diretor do Grupo Escolar “Barão de Melgaço” e Diretor da Escola Normal “Pedro Celestino”. Como político, destamos os cargos de Prefeito de Cuiabá, Secretário Geral de Estado, Deputado estadual em 1935 e Governador Constitucional do Estado, onde governou desde 04 de Novembro de 1937 até novembro de 1945. Ocupou também o cargo de Chefe da Polícia de Estado.

Foi interventor do Governo Getúlio Vargas em Mato Grosso durante o governo ditatorial. Teve um governo pacífico, caracterizado pela construção de várias obras que tinham como objetivo a modernização da capital mato grossense.

Principais obras construídas na gestão de Júlio Müller:

- A Residência dos Governadores;
- Grande Hotel, hoje sede da Secretaria de Cultura do governo de Mato Grosso;
- A ponte “Júlio Müller” sobre o rio Cuiabá;
- A abertura da Avenida Getúlio Vargas;
- A instalação da Estação de Tratamento de água, na rua Presidente Marques;
- A fundação da Escola Liceu Cuiabano na Avenida Getúlio Vargas.

- A fundação do Cine-Teatro localizado na Avenida Getúlio Vargas.

José Adelino Serrasqueiro (1835 - ?)

Professor e publicista, nascido em Castelo Branco, a 22-12-1835. Bacharel formado (1880), em Medicina e Filosofia pela Universidade de Coimbra, fez o curso com distinção e obteve vários prêmios. Dedicou-se depois ao ensino particular. Foi sócio efetivo do Instituto de Coimbra e professor de Matemática no liceu da mesma cidade. Os seus livros publicados a partir de 1869 recebem forte influência de Bertrand e, tal como ele, inclui a inovação pedagógica da inclusão de exercícios no final das diversas secções. Propõe uma coleção completa para o ensino secundário de então e os seus livros conhecem múltiplas edições, tendo sido adotadas no Colégio D. Pedro II, então escola de referência no Brasil.

Maria de Arruda Müller (1898 – 2003)

Escritora, professora e poetiza. Nasceu em Cuiabá, no dia 9 de dezembro de 1898. Aos cinco anos, ela já estava alfabetizada. É descendente da família Arruda, uma das mais tradicionais da cidade. Filha do coronel João Pedro de Arruda e de Adelina Ponce de Arruda e neta de Generoso Ponce, um dos políticos mais atuantes no século XIX.

Figura 54: Maria de A. Müller.



O amor à educação é a mais importante lição ensinada por Maria de Arruda Müller. A professora dedicou 76 anos da sua vida aos estudantes cuiabanos. Só deixou as salas de aulas aos 96 anos, com problemas de saúde. Maria foi inovadora como ativista cultural, fundou em 1919, a primeira revista feminista mato-grossense, A Violeta, que circulou na primeira metade do século XX, com cunho patriótico. Assinava a publicação usando pseudônimos como Mary, Chloé, Vampira, Consuelo, Sara, Lucrecia, Ofélia e Vespertina. Ela foi comprometida com o social. Criou o Abrigo dos Velhos e o das Crianças. Foi também esposa, mãe e avó. Em abril de 1919, casou-

se com o primeiro interventor do Estado, Júlio Strubing Müller; tiveram sete filhos, 23 netos e mais de 50 bisnetos. Como escritora, publicou em 1972, o livro 'Família Arruda'. Anos depois, em parceria com a amiga, musicista e poetiza Dunga Rodrigues, escreveu "Cuiabá ao longo de 100 anos". Outra obra de sucesso foi lançada em comemoração ao centenário de Maria Müller. No ano de 1998 foi publicado "Sons Longínquos", uma coletânea de poemas da professora. Os livros e revistas de autoria de Maria Müller a levaram a romper preconceitos. Maria foi a primeira mulher a entrar na Academia Mato-grossense de Letras (AML), em 1930. Ela ocupou a cadeira de número sete. Sua atuação rendeu-lhe outra importante homenagem: um dos colégios mais tradicionais de Cuiabá, o Liceu Cuiabano, foi rebatizado como Maria de Arruda Müller. Faleceu às 10h do dia 4 de dezembro de 2003, em um hospital da capital. No último ano de vida, ela recebeu a maior homenagem da sua história. Por ter sido a professora mais antiga do Brasil, o Ministério da Educação entregou-lhe, em 2002, como prêmio a comenda de Ordem Nacional do Mérito Educativo, grau de Grande Oficial. Essa comenda prestigia personalidades que prestaram serviços excepcionais à educação.